



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE
Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2019



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2019

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

1. PALAVRA DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste investiu R\$ 42,16 bilhões na economia regional, em 2019. Esse valor corresponde a 5,3 milhões de operações distribuídas nos 1.990 municípios da área de atuação da Instituição: os nove estados da região Nordeste e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em termos de quantidade de contratações, o crescimento foi de 6,5% em relação ao ano passado, expressando a capacidade do Banco de levar crédito ao maior número de empreendedores, o que traduz forte impacto social amparado nas políticas públicas do Governo Federal.

Como empresa sustentável e rentável, o Banco obteve crescimento de 93,3% no resultado operacional em 2019, alcançando R\$ 2,44 bilhões. O lucro líquido do ano foi de R\$ 1,73 bilhão, representando crescimento de 135,6% em relação ao exercício anterior.

Somente com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* da empresa, o BNB contratou R\$ 29,56 bilhões, equivalentes a 565 mil operações. Desse total, R\$ 16,67 bilhões foram investidos em empreendimentos no Semiárido. Esses números, por si, traduzem como o BNB faz o FNE cada vez melhor.

Das aplicações do Fundo, R\$ 18,25 bilhões destinaram-se aos setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços, R\$ 11,22 bilhões aos projetos de Infraestrutura, principalmente ao segmento de energias renováveis. Os projetos de Infraestrutura aplicaram R\$ 9,20 bilhões no Semiárido. Foram também destinados R\$ 86,6 milhões ao programa FNE Sol Pessoa Física e R\$ 7,4 milhões ao Financiamento Estudantil (P-Fies).

Essa performance possibilitou estimar que o impacto das aplicações dos recursos oriundos do FNE, em 2019, reflete-se na geração e/ou manutenção de aproximadamente 1,6 milhão de empregos em todo o Brasil, bem como aumento de R\$ 9,79 bilhões na massa salarial, incremento de R\$ 5,85 bilhões na arrecadação tributária, de R\$ 60,68 bilhões no valor bruto da produção e de R\$ 34,56 bilhões no valor adicionado à economia.

Para as micro e pequenas empresas (MPEs), o Banco do Nordeste destinou R\$ 3,63 bilhões, equivalentes a 43,6 mil operações de crédito. O incremento foi de 24,8% em relação aos valores contratados em 2018, revelando a postura proativa do Banco em reforçar sua atuação no segmento, responsável pela maior parte dos empregos gerados no País e cuja carteira ativa no Banco conta com mais de 201 mil MPEs.

O Banco do Nordeste também manteve a liderança do microcrédito, linha estratégica de atuação da empresa, em 2019. Os dois programas de microcrédito produtivo e orientado do BNB, Crediamigo, para empreendedores urbanos, e Agroamigo, voltado para a área rural, aportaram R\$ 13,11 bilhões, pulverizados em mais de 5,0 milhões de operações. São 3,6 milhões de clientes ativos, que encontraram no Banco do Nordeste o crédito para seguir em frente em seus negócios.

Só o Crediamigo desembolsou R\$ 10,60 bilhões, 18% a mais que em 2018, com operações cujo tíquete médio gira em torno de R\$ 2 mil, ratificando, assim, a posição de maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul, reconhecido internacionalmente como iniciativa que promove inclusão financeira e ascensão social aos clientes atendidos.

O Agroamigo, por sua vez, aplicou R\$ 2,51 bilhões, destinados a produtores beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), distribuídos em 495 mil operações. O programa desempenha papel de alta relevância na viabilização da produção de

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

alimentos e oportuniza condições de permanência no campo ao atender, prioritariamente, clientes com renda bruta familiar anual de até R\$ 23 mil.

Convém destacar que os resultados do Banco, em 2019, foram possíveis graças ao crescimento da margem de intermediação financeira e da melhor gestão do risco de crédito das operações. Da mesma forma, contribuíram a elevação das receitas de financiamentos de longo prazo com recursos do FNE, devido ao crescimento dos níveis de desembolso, bem como o resultado decorrente das renegociações de operações de crédito com base na Lei n.º 13.606/18

O resultado do Banco, em 2019, foi construído com ética, integridade e em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis. Obteve-se índice de eficiência operacional de 52,3%, que representa melhoria de 13,3 pontos percentuais em comparação com 2018. Esse esforço, aliás, foi reconhecido, no início de 2020, pela revista inglesa The Banker, do jornal The Financial Times, que classificou o BNB como o banco brasileiro de melhor desempenho, considerando o ano de 2018 e as variações com 2017.

Com esses estímulos, entregamos à sociedade o resultado de nosso empenho, em 2019, ao mesmo tempo em que arregimentamos forças para continuarmos em nossa missão de atuar como o banco de desenvolvimento do Nordeste, promovendo o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região. É o compromisso de todos que fazem o Banco do Nordeste.

Romildo Carneiro Rolim
Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

1.1 Destaques

Apresentamos a seguir os destaques em resultados, ações, premiações, reconhecimentos e parcerias alcançados pelo Banco do Nordeste em 2019.

Resultados

- ✓ Lucro Líquido de R\$ 1.736,7 milhões, representando crescimento de 135,6% em relação ao mesmo período de 2018.
- ✓ Crescimento de 93,3% do resultado operacional comparado ao mesmo período do ano anterior.
- ✓ 5,3 milhões de operações de crédito contratadas, com montante de R\$ 42,16 bilhões desembolsados.
- ✓ Segmento MPE com contratação de R\$ 3,63 bilhões, apresentando crescimento de 24,8% e atendendo 43 mil operações.
- ✓ Desembolso de R\$ 10,60 bilhões, no programa Crediamigo, em 4,5 milhões de operações de microcrédito urbano.
- ✓ Regularização de 157 mil operações, no valor global de 16,20 bilhões em dívidas renegociadas.

Ações

- ✓ Aplicação de R\$ 29,56 bilhões com recursos do FNE, sendo R\$ 23,67 bilhões para regiões prioritárias (municípios de baixa e média rendas).
- ✓ Contratação de R\$ 11,22 bilhões para projetos de Infraestrutura com recursos do FNE, principalmente para o segmento de energias renováveis, sendo R\$ 9,20 bilhões contratados no semiárido.
- ✓ Atendimento dos 1.990 municípios da área de abrangência do FNE, incluindo financiamentos de R\$ 16,67 bilhões para empreendimentos no semiárido.
- ✓ O Programa Agroamigo, pioneiro no microcrédito rural orientado no Brasil, desembolsou R\$ 2,51 bilhões para microempreendedores rurais.
- ✓ Redução de juros do capital de giro, que passou a ser ofertado com taxas a partir de 0,37% ao mês e até 36 meses de prazo.
- ✓ Hub de Inovação Banco do Nordeste seleciona mais oito *startups* para *coworkings* em Fortaleza e Salvador.
- ✓ Inauguração da primeira Agência com geração de energia solar, em Codó (MA).
- ✓ Realização do III Fórum de Integridade e Ética, que contou com a presença de representantes de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).
- ✓ Criação do FNE *Startup*, linha de crédito para financiamento de projetos de inovação de produtos, serviços, processos e métodos organizacionais, com disponibilidade de R\$ 2,9 milhões em recursos do FNE, a partir de 2020.
- ✓ As atividades econômicas priorizadas pelo Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) receberam aproximadamente R\$ 331,4 milhões em financiamentos, em 2019, que repercutiram na difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Prêmios/Reconhecimentos

- ✓ IG-Sest: o Banco do Nordeste recebeu o Certificado Indicador de Governança (IG-Sest), iniciativa do Ministério da Economia que reconhece o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais. O Banco foi certificado com nota máxima nas três dimensões avaliadas.
- ✓ Prêmio Efinance 2019: o case “Gestão de Infraestrutura de Telecom”, do Banco do Nordeste, foi premiado na categoria Infra de Telecom.
- ✓ Prêmio Inovação no Setor Público: promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).
- ✓ Melhor Ouvidoria: o Banco do Nordeste teve a ouvidoria com melhor índice do país no “*Ranking* de Qualidade de Ouvidorias”, publicação do Banco Central (Bacen), entre instituições financeiras com mais de 4,0 milhões de clientes.
- ✓ Selo ‘Compromisso com o Consumidor’ e certificação de ‘Prevenção a Ilícitos’, concedidos pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Parcerias:

- ✓ Parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), promovendo ações de divulgação das linhas de crédito para clientes do segmento de Micro e Pequena Empresa, bem como para facilitar acesso de empresários do setor ao crédito de curto e de longo prazos.
- ✓ Parceria com Embrapa visando estruturar o Sistema de Inteligência, Gestão e Monitoramento Territorial Estratégico para a Região, com foco no desenvolvimento sustentável da agropecuária.
- ✓ Participação do Banco do Nordeste no AgroNordeste, apoiando a organização de cadeias agropecuárias de relevância atual ou potencial na Região, ampliando e diversificando canais de comercialização, com pertinência social, ambiental e econômica.
- ✓ Acordo de cooperação com o Sebrae, incluindo ações de capacitação gerencial e ampliação do acesso ao crédito. O acordo prevê também soluções de educação financeira, realização de pesquisas conjuntas aos segmentos de varejo e realização de eventos negociais e institucionais.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

2. MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios do Banco do Nordeste está estruturado em segmentos, produtos e linhas de negócio voltados ao crédito para desenvolvimento da sua área de atuação:

- Segmentos de clientes: atende empresas de todos os portes (*corporate*, grande, média, MPE), segmentos do setor rural (agronegócio, pequeno e miniprodutor rural e agricultura familiar), setor de microfinança (urbana e rural) e segmentos pessoa física e Governo, este último para atender instituições da administração pública direta e indireta.
- *Portfólio* de produtos e serviços abrange: operações de infraestrutura, operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, gestão de *portfólio* e análise de crédito para fundos e programas do governo, serviços bancários, operações de mercado de capitais e gestão de ativos de terceiros.
- Linhas de negócio: Crédito Especializado, Crédito para Infraestrutura, Crédito para Microfinança Urbana e Crédito para Microfinança Rural.

O Banco do Nordeste finalizou 2019 com 977 pontos físicos de atendimento, sendo 292 agências e 685 unidades e postos de microcrédito urbano e rural.

3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

As estratégias de negócios do Banco do Nordeste foram definidas a partir das principais tendências do macroambiente econômico, das indústrias financeira e bancária, das evoluções tecnológicas, das principais inovações dos segmentos de atuação do Banco e dos riscos vislumbrados em cenários desenhados para o Brasil, para a região Nordeste e para a sua área de atuação.

3.1 Planejamento Empresarial

Em seu planejamento estratégico, o Banco do Nordeste destaca:

- ✓ Missão: “Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste”.
- ✓ Visão: “Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”.

O planejamento no Banco do Nordeste é norteado pelas seguintes premissas: visão corporativa, clareza de rumo, gestão para resultados, participação, continuidade e flexibilidade. A implementação e o êxito da estratégia escolhidos são sustentados pelos seguintes princípios: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

3.2 Planejando o Futuro em 2020

A expectativa de aplicação de recursos para 2020 mostra-se ainda mais desafiadora, demonstrando a confiança na capacidade do BNB em cumprir seu propósito original como agente propulsor de desenvolvimento, do Governo Federal, na aplicação de Políticas Públicas voltadas para a região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, atuando junto aos agentes produtores com suporte creditício e mediante a colaboração entre entidades.

Assim, para o quinquênio de 2020 a 2024, o Planejamento Estratégico do Banco ratifica a transversalidade dos temas relacionados às “Trilhas da Estratégia” (clientes e negócios; pessoas; produtos e serviços; tecnologia; e processos) em relação às principais diretrizes que dirigirão suas ações:

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

- ✓ Fazer o FNE cada vez melhor;
- ✓ Avançar na liderança do Microcrédito;
- ✓ Ser o Banco da micro, pequena e média empresa do Nordeste;
- ✓ Inovar em processos, produtos e serviços;
- ✓ Valorizar as competências humanas.

3.3 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O FNE é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e pelo norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua missão enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

3.3.1 Ativos FNE

Os ativos do FNE totalizaram R\$ 89,29 bilhões ao final do exercício de 2019, apresentando crescimento de 8,8% em comparação com o volume de R\$ 82,05 bilhões alcançado no mesmo período do ano anterior. O saldo das disponibilidades de recursos do FNE, ao término do exercício, atingiu R\$ 6,09 bilhões, representando redução de 60,3% em relação ao saldo existente no final de 2018. Enquanto isso, os saldos a desembolsar relativos a operações de crédito anteriormente contratadas totalizaram R\$ 16,60 bilhões, valor 79,6% maior que os R\$ 9,24 bilhões existentes em dezembro/2018. O saldo de valores de operações de crédito também cresceu em relação a 2018, apresentando aumento de 16,3% e valor de R\$ 63,85 bilhões, líquidos de provisões (R\$ 54,91 bilhões em dezembro/2018). Tais variações foram influenciadas pelo expressivo aumento no volume de contratações com recursos do Fundo (R\$ 29,56 bilhões em 2019).

3.3.2 Desempenho FNE 2019

Seguindo a Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos em 2019 no montante de R\$ 18,25 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços, R\$ 7,4 milhões para o Financiamento Estudantil (P-Fies) e R\$ 86,6 milhões para o programa FNE Verde Sol Pessoa Física. Além disso, foram aplicados R\$ 11,22 bilhões em projetos de Infraestrutura, totalizando R\$ 29,56 bilhões no ano.

No contexto de recuperação econômica, as diversas ações internas de aprimoramento no processo de crédito e nos programas de financiamento, assim como externas, de comunicação, prospecção e negociação, viabilizaram o incremento de 12,7% do volume de recursos de contratações em relação a 2018, quando o montante financiado foi de R\$ 16,18 bilhões.

Em termos de quantidade de operações, foram contratadas, em 2019, 565 mil operações de financiamentos a produtores rurais, empreendedores individuais e empresas, com cobertura de 100% da área do FNE e contratações em todos os 1.990 municípios, sediados nos 11 Estados em que o Banco atua.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Em relação à desconcentração espacial dos financiamentos do FNE, em 2019, destacam-se os resultados expressivos no apoio aos segmentos de menores portes e o crédito em todos os 1.990 municípios da área de abrangência do Fundo e também o financiamento no montante de R\$ 16,67 bilhões para empreendimentos no semiárido.

Ressalte-se ainda que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, deve ser ressaltado que o total de contratações para o semiárido superou a meta anual, aplicando R\$ 16,67 bilhões, conforme acima mencionado, ante R\$ 5,11 bilhões programados para o período. Este resultado refletiu as operações contratadas principalmente com o setor de Infraestrutura, no qual foram aplicados R\$ 9,23 bilhões nessa Região bem como com agricultores familiares (Pronaf), produtores rurais e micro e pequenas empresas (MPEs).

Os financiamentos às microrregiões prioritárias (municípios de Baixa Renda e Média Renda), subespaços previstos na PNDR, atingiram montante de R\$ 23,67 bilhões, cerca de 80,0% dos financiamentos anuais do FNE; enquanto as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) registraram contratações de R\$ 666,6 milhões, superando o valor programado de R\$ 240,5 milhões.

Para a consecução desses resultados, várias ações externas, em especial junto aos empreendimentos de menor porte, foram realizadas pelo Banco do Nordeste, dentre as quais destacam-se em 2019: a décima edição do FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às MPEs e aos microempreendedores individuais (MEIs), priorizando municípios interioranos alinhados aos critérios da PNDR.

Durante esses eventos, foram apresentadas informações e simulações de financiamento, realizados atendimentos presenciais pelas agências do BNB, seus gerentes e agentes de desenvolvimento, o que inclui cadastramento bancário e agendamento de visitas gerenciais, além de articulações locais de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais.

Também participaram desses encontros o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e a Sudene, como parceiros institucionais, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), as Prefeituras e, conforme a realidade de cada localidade, outras entidades, como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), dentre outras que contribuíram na mobilização e prestação de serviços ao público-alvo dos encontros.

Desde a sua primeira edição, em 2010, foram realizados aproximadamente 1.070 eventos do FNE Itinerante nos onze Estados da área de atuação do Banco, atendendo a mais de 54 mil participantes, preferencialmente em municípios interioranos, do semiárido e sem agência física do BNB.

3.3.3 FNE 2019: Estimativa dos Impactos Econômicos

Tendo por base um exercício com a utilização da Matriz Insumo Produto Regional, estima-se que os R\$ 29,56 bilhões contratados com recursos do FNE devem contribuir para gerar e/ou manter 1,6 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Estima-se também incremento de R\$ 9,79 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R\$ 5,85 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 60,68 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 34,56 bilhões de Valor Adicionado à Economia

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

O Setor de Infraestrutura, responsável por aproximadamente 40% do volume de recursos contratados em 2019, tende a contribuir para gerar e/ou manter cerca de 299 mil empregos em toda a área de atuação do BNB. Considerando o efeito transbordamento para as demais regiões, há a estimativa de geração e/ou manutenção de aproximadamente 470 mil empregos em todo o Brasil, aumento de R\$ 6,81 bilhões na massa salarial, R\$ 5,18 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 44,21 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 23,07 bilhões de Valor Adicionado à economia.

3.3.4 Desafios FNE 2020

A inédita *performance* de aplicação registrada nos últimos dois anos gera a responsabilidade de manter, também em 2020, o mesmo ritmo operacional de modo a possibilitar a aplicação dos R\$ 29,30 bilhões de recursos constitucionais já previstos, representando o pleno comprometimento das disponibilidades do fundo para contratação na área de atuação do FNE.

Os produtos lançados nos últimos dois anos, a exemplo do crédito a pessoas físicas mini e microgeradoras de energia fotovoltaica (FNE Sol) e do financiamento estudantil (P-Fies), aliados à ampliação de ações desenvolvimentistas, como é o caso do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), contribuirão para a continuidade do FNE como vetor financeiro no apoio ao desenvolvimento regional.

Os projetos de infraestrutura, fundamentais ao acúmulo de um plano de crescimento da Região, terão destinação de parte dos recursos do FNE (R\$ 10,23 bilhões), conforme indicado em sua programação para 2020, o que contribuirá para a estruturação de boas oportunidades de negócios para os exercícios vindouros. Espera-se, ainda, garantir a modernização da estrutura do modal de transportes, uma substituição cada vez maior da matriz energética atual para uma mais limpa, ampliação do saneamento, dentre outras melhorias fundamentais ao Nordeste.

Esse conjunto de ações alinhadas à atenção quanto à distribuição regional dos recursos disponíveis, em termos espaciais, setoriais e de segmentos produtivos favorecem a principal razão da política pública desenvolvimentista regional do FNE, sendo capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Região.

4. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

4.1 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Ciente de seu papel de banco de desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste apoia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação por meio de dois fundos criados para esse fim, o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Os projetos apoiados pelo Fundeci e FDR acumulam experiências relevantes em décadas de contribuição para a adaptação e/ou aperfeiçoamento de produtos, serviços e processos, para a difusão de tecnologias e para inovação, com ênfase no setor produtivo regional.

Esses fundos disponibilizam recursos não reembolsáveis para o apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento, difusão e inovação, contando com processos estruturados de acompanhamento e de prestações de contas técnica e financeira.

Em 2019, foram formalizados 33 instrumentos de repasse a projetos selecionados por meio de demanda espontânea e dos Editais Fundeci 01/2018 - Desenvolvimento Territorial e

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Fundeci 02/2018 - Subvenção Econômica a Empresas, distribuídos nos estados da área de atuação do Banco do Nordeste.

Ainda no exercício de 2019, o Banco do Nordeste lançou dois novos editais ao amparo de recursos do Fundeci, disponibilizando R\$ 11,0 milhões, para apoio a projetos de difusão tecnológica e inovação nas temáticas de Desenvolvimento Territorial, R\$ 6,0 milhões, e Subvenção Econômica a Empresas - MPEs, R\$ 5,0 milhões. Os projetos classificados nesses editais serão analisados e formalizados em 2020.

Dentre os projetos de difusão tecnológica direcionados para o Desenvolvimento Territorial, formalizados em 2019, destacam-se os de estruturação das cadeias produtivas da bovinocultura leiteira, fruticultura, mandiocultura e apicultura.

Quanto aos projetos de inovação que contaram com apoio do Banco do Nordeste, em 2019, podem ser destacadas iniciativas que empregam tecnologia de *big data*, *lot* (internet das coisas), *blockchain* e inteligência artificial.

Ao apoiar projetos de P,D&I com recursos não reembolsáveis, os Fundos de Pesquisa e Desenvolvimento do Banco do Nordeste contribuem para redução dos custos e dos riscos inerentes à pesquisa e à inovação, favorecendo a geração de soluções e o aperfeiçoamento e desenvolvimento de produtos/serviços, fortalecendo, modernizando e diversificando as atividades econômicas regionais.

4.2 Sustentabilidade

Mantendo o objetivo de ser o Banco preferido do Nordeste, esta Instituição busca construir relacionamento transparente e sustentável com seus grupos de interesses. Para tanto, o Banco do Nordeste integra à sua prática cotidiana os princípios éticos que norteiam a atuação de empresas socialmente responsáveis, gerando frutos para empregados, acionistas e sociedade em geral, proporcionando, assim, a construção do bem-estar comum.

Nessa perspectiva, destacam-se, dentre as várias ações de responsabilidade socioambiental, os financiamentos concedidos a projetos voltados à sustentabilidade em toda a área de atuação do Banco, o fortalecimento da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) da Instituição, bem como o apoio financeiro a diversos projetos sociais, por meio de incentivos fiscais.

No que se refere à ação creditícia do Banco, em 2019, foram contratados R\$ 525,3 milhões nas linhas de crédito verde. Esse valor distribuiu-se da seguinte forma: R\$ 364,8 milhões (69%) contratados pelo Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental - FNE Verde (dos quais R\$ 225,8 milhões destinaram-se à micro e minigeração distribuída de energia de fontes renováveis) e R\$ 160,5 milhões contratados pelas linhas do Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 2,3 milhões pelo Pronaf Eco; R\$ 2,4 milhões pelo Pronaf Agroecologia, R\$ 152,4 milhões pelo Pronaf Semiárido e R\$ 3,4 milhões pelo Pronaf Floresta).

Ainda no contexto de sua ação creditícia, destaca-se o lançamento, em setembro 2019, da 2ª edição revisada do “Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural”, que visa contribuir com a sustentabilidade dos empreendimentos rurais da Região, ao indicar caminhos para que as atividades sejam desenvolvidas de modo a conservar e preservar o meio ambiente, oferecendo ao produtor rural, ao mesmo tempo, a possibilidade de rendimento satisfatório a um menor custo e aliando a rentabilidade dos investimentos com a sustentabilidade da atividade produtiva. O documento está disponível por meio do [link https://www.bnb.gov.br/documents/320335/1010052/Guia_do_MeioAmbiente_para_ProdutorRural_V1_1.pdf/69f9d3e2-0a81-22d0-be7b-9f17e16b1ca4](https://www.bnb.gov.br/documents/320335/1010052/Guia_do_MeioAmbiente_para_ProdutorRural_V1_1.pdf/69f9d3e2-0a81-22d0-be7b-9f17e16b1ca4).

Quanto à PRSA do Banco do Nordeste, foram concretizadas, em 2019, 21 ações previstas no plano de ação para sua implementação, merecendo destaque a criação da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, órgão colegiado interno ligado à Diretoria Executiva, que tem por finalidade monitorar, avaliar e propor aprimoramentos relacionados ao cumprimento

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

das diretrizes e dos objetivos da PRSA. Desde 2016, já foram implementadas 46 ações, correspondendo a 80% do total previsto. A previsão para conclusão de todo o processo de implementação é julho/2020. Mais informações acerca da PRSA podem ser acessadas por meio do link: <https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>.

Outras ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo Banco do Nordeste estão disponíveis no portal do Banco na internet e podem ser acessadas por meio do link: <https://www.bnb.gov.br/pt/responsabilidade-socioambiental>.

4.3 Política de Desenvolvimento Territorial

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Até o fim de 2019, o Programa possuía 132 Territórios/Projetos em andamento, divididos em três fases. A primeira fase composta por 21 projetos e a segunda, por 50. Ambas, atualmente, estão em com seus Planos de Ação Territorial (PAT) em execução e monitoração. A terceira fase possui 61 projetos de desenvolvimento, que tiveram seus planos lançados no final de 2019, com início de execução prevista para 2020.

Os Planos de Ação implementados nos primeiros 21 territórios abrangidos pelo Prodeter, bem como os 50 novos projetos da primeira expansão, para 2019, continuaram evidenciando resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

As atividades econômicas priorizadas no Prodeter, nos 21 territórios da 1ª fase, receberam aproximadamente R\$ 331,4 milhões em financiamento em 2019. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter desde 2016, o valor acumulado financiado já ultrapassou R\$ 1,0 bilhão.

O Prodeter e o Plano AgroNordeste (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa)

O Banco do Nordeste, por meio do Prodeter, está integrado ao AgroNordeste, tendo como referência a implementação de ações convergentes. As atividades produtivas trabalhadas nos projetos do Prodeter atendem as atividades priorizadas no AgroNordeste. Dessa forma, o Prodeter contribui com 70 projetos, sendo 8 projetos de Apicultura, 1 de Aquicultura, 3 de Avicultura, 3 de Cajucultura, 6 de Cultivos Alimentares (arroz, feijão e mandioca), 29 de Bovinocultura (leite), 1 de Extrativismo Sustentável, 6 de Fruticultura irrigada (banana, melão, manga, melancia) e de 13 Ovinocaprinocultura (leite, carne e peles). De 10 Comitês Estaduais de Coordenação previstos, 8 foram instalados em 2019, todos com a participação do BNB. O Banco participa da elaboração dos planos de ação territoriais, instalação dos escritórios locais e das atividades voltadas para estruturação e financiamento das atividades econômicas priorizadas.

Acordo de cooperação BNB & Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Tendo como referência a implementação de ações convergentes por parte do BNB e do Ministério do Desenvolvimento Regional, cujos propósitos se voltam para o desenvolvimento da Região, firmou-se um acordo de cooperação entre o Banco do Nordeste e o MDR, em julho/2018, com objetivo de realizar ações conjuntas envolvendo o Programa Rotas da Integração e o Prodeter.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

O Programa Rotas da Integração Nacional consiste na formação de redes de arranjos produtivos locais que promovem a inovação e a competitividade dos empreendimentos a ele pertencentes.

Em 2019, a equipe do Prodeter participou do lançamento de 4 da Rotas da Integração, sendo 3 no Ceará (Rota do Mel, Rota do Cordeiro e Rota do Leite) e uma em Recife (Rota TIC). Atualmente, possui 38 Pólos de Rotas da Integração, divididos em 8 atividades produtivas, quais sejam: caprinovinocultura (14), bovinocultura de leite (1), fruticultura (9), apicultura (4), cacauicultura (1), economia circular (2), biodiversidade (5) e tecnologia da informação/comunicação TIC (2).

Prodeter e o Investe Turismo - Ministério do Turismo - Mtur

A participação e parceria do Prodeter no Programa Investe Turismo do MTur está presente em 11 territórios, contemplando 26 municípios, em dez estados da área de atuação do BNB. O Banco do Nordeste participou dos lançamentos do Programa Investe Turismo na região Nordeste, divulgando as linhas de financiamento do FNE voltadas para o Setor.

Ressalta-se que o Prodeter, atualmente, possui 8 Planos de Ação Territorial que têm como atividade produtiva o turismo, sendo na Bahia, 3 projetos, na Paraíba, 2 projetos e no Ceará, em Minas Gerais e em Pernambuco, 1 projeto cada.

4.4. Acordos de Cooperação

Em 2019, foram registrados 48 acordos de cooperação do Banco com entidades parceiras como órgãos de representação empresarial, empresas franqueadoras, universidades, órgãos de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural, prefeituras, governos estaduais, ministérios, Sebrae Nacional e Estaduais, iniciativas conjuntas geradas a partir de negociações realizadas pelas unidades do Banco nos estados e na administração central.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Ativos Totais BNB

O Banco do Nordeste manteve, em 2019, praticamente o mesmo volume de ativos do exercício anterior, totalizando volume de R\$ 58,63 bilhões. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, os relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos. No que diz respeito à composição do saldo, observou-se decréscimo de 2,4% nas disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, destacando-se, nessa seção, a quitação do Eurobônus e a recompra parcial do Instrumento de Dívida Elegível ao Capital Principal (IECP). Ao final do exercício, o saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, correspondeu a R\$ 39,69 bilhões. Já os saldos de operações de crédito, da carteira própria do BNB, líquidos de provisões, tiveram elevação de 4,3% (R\$ 9,43 bilhões em dez/19; R\$ 9,04 bilhões em dez/18).

5.2 Resultado Líquido

O Lucro Líquido do exercício de 2019 alcançou R\$ 1.736,7 milhões, o que representou crescimento de 135,6% em relação aos R\$ 737,0 milhões apurados no mesmo período do ano anterior (lucro líquido reapresentado). Já o Resultado Operacional alcançou R\$ 2.440,6 milhões, representando crescimento de 93,3% em relação aos R\$ 1.262,3 milhões (reapresentado) obtidos no exercício de 2018. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no período, foi de 36,2% a.a.. O expressivo resultado do exercício de 2019 teve como principais fatores recorrentes: **a)** crescimento da margem financeira de operações de crédito

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

da carteira própria, **b)** elevação de R\$ 234,8 milhões nas receitas de financiamentos de longo prazo com recursos do FNE (R\$ 1.550,0 milhões em 2019 contra R\$ 1.315,2 milhões em 2018), em decorrência da elevação dos níveis de desembolsos; e **c)** acréscimo nas Receitas de Prestação de Serviços no montante de R\$ 188,2 milhões.

Outros fatores, considerados não recorrentes, também contribuíram de forma significativa para o resultado do período, a saber: a) Incremento de R\$ 485,7 milhões na margem financeira oriunda de renegociações de operações de crédito baseadas nas Leis 13.340/16 e 13.606/18; b) constituição líquida de créditos tributários decorrentes da alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R\$ 167,1 milhões; e c) reconhecimento de *Impairment* em aplicações de títulos privados (debêntures) no montante de R\$ 126,8 milhões. Relevante destacar que quando se desconsideram os resultados não recorrentes do período, o Lucro Líquido Ajustado fica em R\$ 1.204,3 milhões, que, comparado ao resultado de 2018 (R\$ 601,0 milhões), apresenta variação significativa, da ordem de 100,4%, conforme demonstração de cálculo do lucro recorrente na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente (R\$ Milhões)

Demonstração do Lucro Líquido Recorrente	2018	2019	Var. R\$	Var. %
Lucro Líquido	737,0 ¹	1.736,70	999,7	135,6%
(-) Resultados Extraordinários do Período				
Recuperação de Crédito - Lei 13.340/13.606 ²	(254,5)	(740,2)	(485,7)	190,8%
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	58,7	4,5	(54,2)	-92,3%
Ativo Fiscal Diferido – Contingências	(28,3)	-	28,3	-100,0%
<i>Impairment</i> de Debêntures	-	126,8	126,8	-
Créditos Tributários (alteração de alíquota de CSLL de 15% para 20% a partir de mar/2020)	-	(167,1)	(167,1)	-
Efeito Tributário (IR + CSLL) ³	88,1	243,6	155,5	176,4%
Lucro Líquido Recorrente	601,0	1.204,3	603,3	100,4%

¹Lucro reapresentado

²Inclui artigo 29-A da Lei 13.606 - Ops Prodecer III

³2018: 45%; 2019: 40%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

5.3 Eficiência Operacional

O Banco do Nordeste apresentou, em 2019, índice de eficiência operacional de 52,3%, caracterizado pela gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, o que representa melhoria de 13,3 pontos percentuais em comparação com o exercício anterior. A melhoria na eficiência é significativa, vez que se observa elevação expressiva de margem financeira e de receitas de prestação de serviço, associada a uma pequena elevação nas despesas administrativas. Especificamente, as despesas com Pessoal mantiveram-se no mesmo patamar de 2018. Tal comportamento é fruto da economia proporcionada pela redução do número de funcionários, em face do Programa de Incentivo ao Desligamento implementado em 2019 e mesmo considerando os reajustes salariais concedidos nas datas-bases de setembro de 2018 e setembro de 2019. Quanto às demais despesas administrativas, observa-se, no período, elevação de 3,6%. Todavia, destacam-se as seguintes reduções verificadas: R\$ 12,5 milhões em despesas com Processamento de Dados; R\$ 6,7 milhões em emolumentos judiciais e cartorários; e R\$ 6,0 milhões com Propaganda, Publicidade e Publicações. Já as margens financeiras tiveram crescimento de 48,6%, pelas mesmas principais razões que explicam a elevação do resultado líquido, bem como pela elevação de 7,4% nas Receitas de Prestação de Serviços, que alcançaram R\$ 2,73 bilhões no exercício de 2019, também contribuindo para a melhoria da eficiência.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

5.4 Patrimônio Líquido

O Banco do Nordeste apresentou Patrimônio Líquido de R\$ 5.427,4 milhões ao término do exercício de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25/4/2019, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 969,0 milhões, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional, sem emissão de novas ações. Assim, o Capital Social passou de R\$ 2.844,0 milhões para R\$ 3.813,0 milhões representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central.

5.5 Índice de Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital exigidos, o que proporciona margem para aumentar suas exposições e continuar expandindo os seus negócios. Em 31/12/2019, o Banco apresentou índice de Patrimônio de Referência de 14,42% (13,76% em 31/12/2018). O índice de Nível I ficou em 10,44% (9,00% em 31/12/2018) e o de Capital Principal foi de 9,04% (9,00% em 31/12/2018). O Patrimônio de Referência (PR) apurado foi de R\$ 8.265,6 milhões (R\$ 6.541,7 milhões em 31/12/2018), o Nível I registrou valor de R\$ 5.983,0 milhões e o Capital Principal R\$ 5.181,9 milhões (em 31/12/2018, o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.279,9 milhões), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 57.311,9 milhões (R\$ 47.553,2 milhões em 31/12/2018).

Com relação ao desempenho do Banco do Nordeste frente aos requerimentos mínimos de capital em 2019, ressalta-se que os eventos que mais influenciaram no resultado obtido em 2019 foram: a) captação de Letras Financeiras Subordinadas, no valor de R\$ 801,0 milhões, que foram autorizadas pelo Banco Central a compor o Patrimônio de Referência de Nível I, a partir da data-base de julho/2019, como Capital Complementar; b) autorização do Banco Central para recompra do valor de R\$ 500,0 milhões do Instrumento Elegível a Capital Principal autorizado a compor o PR; c) aumento do Patrimônio Líquido por conta do lucro obtido no exercício; d) elevação do Passivo Atuarial (R\$ 579,7 milhões); e a marcação a mercado da carteira de TVM (R\$ 479,8 milhões).

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Tabela 2 – Adequação Patrimonial (R\$ milhões)

Especificação	31.12.2018	31.12.2019
Patrimônio de Referência (PR)	6.541,7	8.265,6
. Nível I	4.279,9	5.983,0
. Nível II	2.261,8	2.282,6
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	47.553,2	57.311,9
Valor do IRRBB	63,9	21,5
Margem sobre o PR Requerido	2.440,2	3.680,6
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	2.376,3	3.659,1
Margem sobre o PR Nível I Requerido	1.426,7	2.544,3
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.140,0	2.602,9
Adicional de Capital Principal-ACP Requerido (RWA * 2,5%) (*)	891,6	1.432,8
Margem sobre o ACP Requerido	535,1	1.111,5
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,00%	9,04%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	9,00%	10,44%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,0%) (*)	13,76%	14,42%
. Índice de Basileia incluindo IRRBB	13,55%	14,35%

(*) em dezembro/2018, O requerimento mínimo do Índice de Basileia era de 8,625% e o ACP de 1,875%.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

6. Desempenho Operacional

6.1 Volume de Contratações

O Banco do Nordeste contratou, em 2019, um total de 5,3 milhões de operações de crédito que somaram R\$ 42,16 bilhões.

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 71,5% dos recursos contratados, somando R\$ 30,14 bilhões em 575,8 mil operações. Desse montante, 98,1% foram contratados com recursos oriundos do FNE, totalizando R\$ 29,56 bilhões no ano, superando a meta estabelecida para o período em 6,7%.

Figura 1 - Gráfico de Contratações do FNE em 2019 - Meta x Realizado (R\$ bilhões)



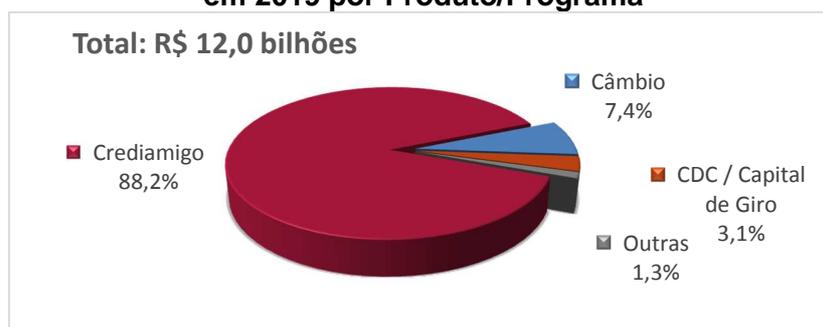
Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, atingiram o valor de R\$ 12,03 bilhões, com total de 4,7 milhões de operações.

Quanto aos empréstimos de curto prazo (Figura 2), os quais representaram 28,5% do volume contratado em 2019 (R\$ 12,03 bilhões), destacam-se o programa do Crediamigo, que abrangeu 88,2% das contratações de curto prazo, alcançando R\$ 10,60 bilhões, e as operações de Câmbio, que somaram R\$ 893,4 milhões (7,4%).

Figura 2 - Gráfico de Contratações de Empréstimos de Curto Prazo em 2019 por Produto/Programa



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Captação de Recursos

O Banco do Nordeste apresentou, em 31/12/2019, saldo de captação de recursos de R\$ 8,75 bilhões, redução de 3,1% em relação ao saldo apresentado em dezembro de 2018. Os depósitos a vista totalizaram R\$ 405,3 milhões em dezembro de 2019, configurando incremento da ordem de 23,3% frente a 2018. Os depósitos de poupança alcançaram saldo de R\$ 2,63 bilhões em dezembro de 2019, aumento de 8,2% em 12 meses. Em dezembro de 2019, as captações em depósitos a prazo somaram R\$ 5,71 bilhões, redução de 8,9% em relação ao ano anterior, em linha com a estratégia de captação do Banco.

Tabela 3 – Captações de Recursos 2019 (R\$ milhões)

Captações	Dez/18	Dez/19	Varição
Depósitos a Vista	328,6	405,3	23,3%
Depósitos de Poupança	2.433,8	2.633,8	8,2%
Depósitos a Prazo	6.268,7	5.711,4	- 8,9 %
Total	9.031,1	8.750,5	- 3,1 %

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento e Diretoria Financeira e de Crédito

Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento

Em 2019, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou saldo de R\$ 8.525,7 milhões e crescimento de 13,5% em relação a 2018. Na mesma posição, o Banco do Nordeste realizava a gestão de 21 fundos de investimento, com 88.615 cotistas, evolução de 14,2% em relação ao mesmo período de 2018. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 56,6 milhões em 2019, incremento de 31,9% em relação ao ano anterior.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

O Patrimônio Líquido do Finor atingiu, no exercício de 2019, valor de R\$ 931,8 milhões, apresentando acréscimo de 7,1% em relação a 2018, decorrente da remuneração incidente sobre os recursos do Fundo depositados no Banco e ainda não aplicados, e do ingresso líquido positivo de recursos oriundos de incentivos fiscais. A receita com taxa de administração sobre a carteira do Finor totalizou R\$ 19,0 milhões no mesmo período, decréscimo de 40,3% em relação a 2018.

6.2 Desempenho por Segmento

Agricultura Familiar

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro na região Nordeste do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com carteira ativa de R\$ 9,64 bilhões e 1,8 milhão de operações.

Os resultados do Banco na operacionalização do Pronaf, em 2019, incluindo as operações realizadas pelo Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo, registraram a contratação de 516 mil financiamentos, no valor total R\$ 3,07 bilhões. Do montante aplicado, 75,8% compreendem financiamentos no Semiárido, o que significa crescimento em comparação ao ano de 2018 em que os financiamentos na região semiárida ficaram no patamar de 74,2% do total das aplicações.

Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF Social

A partir de 2019, foram incorporadas mudanças no Programa Nacional de Crédito Fundiário, composto por três linhas de financiamentos, das quais o Banco operacionaliza o PNCF Social, que compreende três componentes básicos:

- a) Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT): proposta de financiamento para aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento;
- b) Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC): projetos de infraestrutura básica e produtiva executados pelas associações de trabalhadores rurais constituídas exclusivamente pelos beneficiários da linha PNCF Social, com recursos não reembolsáveis oriundos do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, repassados por meio de contrato específico de transferência de recursos; e
- c) Subprojetos de Investimentos Básicos (SIB): projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT.

Em 2019, foram realizadas 314 operações pelo SAT, as quais somaram R\$ 14,4 milhões, e 16 contratos de repasse SIC, no montante de R\$ 5,0 milhões.

Microempreendedor Rural

O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C.

Em 2019, foram financiados R\$ 2,51 bilhões, com a contratação de 495 mil operações pelo Agroamigo. Desse valor, 76,6% foram aplicados no semiárido e 48,0% destinados para o público feminino. Destaque-se ainda que o Agroamigo atingiu carteira ativa de R\$ 4,76 bilhões e 1,2 milhão de clientes em mais de 1,3 milhão de operações. Os valores e quantitativos realizados pelo Agroamigo estão contidos nas informações relacionadas ao segmento Agricultura Familiar.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Microempreendedor Urbano

O Banco do Nordeste trabalha no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo que desembolsou, em 2019, o valor de R\$ 10,60 bilhões. A quantidade de desembolsos alcançou 4,5 milhões de operações. O Crediamigo possuía, ao final de 2019, 2,2 milhões de clientes com empréstimos ativos. A capacidade operacional do Crediamigo apresentou média de 18,5 mil desembolsos ao dia. A inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso superiores a 90 dias em relação à carteira ativa, situou-se em 1,41%. Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, vez que o Programa abriu 459 mil contas correntes no decorrer do ano de 2019. As contas correntes dos clientes do Crediamigo não estão sujeitas à cobrança de tarifa.

Micro e Pequena Empresa (MPE)

O segmento de MPEs alcançou novo recorde histórico na aplicação de crédito, em 2019, tendo contratado R\$ 3,63 bilhões no total de 43,6 mil operações. Considerando apenas os recursos do FNE, o montante financiado foi de R\$ 3,46 bilhões, que representa alcance de 111 % da meta estabelecida para o período. Destaque-se ainda a superação da meta FNE para MPEs em todos os Estados de atuação do Banco do Nordeste

O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,90 bilhão em contratações, correspondendo a 55,1% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. No setor de serviços, foi aplicado valor de R\$ 886,0 milhões representando 20,3% do total, enquanto no setor de indústria foi aplicado R\$ 588,0 milhões, ou seja, 17% do total de recursos. Na região do Semiárido, um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 16 mil operações, o que representa 51,5% do total de operações efetivadas.

Corporate

Em 2019, o Banco do Nordeste encerrou o exercício com 868 clientes *Corporate*, segmentação que contempla as empresas com faturamento bruto anual superior a R\$ 400,0 milhões, além dos clientes com operações no âmbito da Infraestrutura e sindicalizadas. Neste ano, o segmento contratou R\$ 12,77 bilhões em operações com recursos do FNE (inclusive operações de NE-Exportação), representa 86,28% do volume contratado no mesmo período de 2018. Do montante contratado pelo segmento, em 2019, R\$ 10,19 bilhões foram em operações de Infraestrutura, com foco em iniciativas nas áreas estruturantes para o desenvolvimento regional, a exemplo de geração de energia, principalmente eólica e fotovoltaica, distribuição e transmissão de energia, saneamento básico e infraestrutura aeroportuária. O valor contratado foi aproximadamente 90,81% do valor aplicado nesse setor em 2019.

Em comparação com o desempenho total do Banco, do montante de R\$ 29,50 bilhões investidos com recursos do FNE, 43,29% foram contratados com clientes do segmento *Corporate*. Da meta estabelecida para o setor de Infraestrutura, o segmento *Corporate* realizou 84,92%.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Agronegócio Pessoa Física

Em 2019, foram contratadas 7 mil operações, no valor de R\$ 3,09 bilhões, com recursos do FNE para atendimento aos produtores rurais na área de atuação do Banco, sendo R\$ 1,44 bilhão com mini e pequenos produtores rurais. O montante contratado equivale a 115,75% da meta estabelecida para 2019, destacando que 63,9% do valor foram destinados ao custeio, 31,63% ao investimento e 4,47% à comercialização.

Diversas ações foram realizadas para impulsionar os resultados do Banco, no sentido de promover a simplificação e desburocratização de processos, a ampliação da base de clientes, a elevação da rentabilidade do segmento de agronegócios e a expansão do atendimento digital no Agronegócio. Na posição de dezembro de 2019, o ativo (FNE) do Agronegócio no Banco, incluindo mini e pequenos produtores, foi de R\$ 10,30 bilhões, envolvendo 57,6 mil operações.

Pessoa Física

Este segmento atua prioritariamente no atendimento aos estudantes beneficiados pelo Programa de Financiamento Estudantil (FNE P-Fies) e tomadores de crédito da linha FNE Sol para aquisição de sistemas de micro e minigeração distribuída de energia (consumo doméstico). De forma complementar, contempla também os sócios das empresas atendidas pelo Banco.

Tratando-se de aplicação para financiamento estudantil (P-Fies), em 2019, contratou-se mais de R\$ 7,3 milhões em operações com fonte de recursos exclusivamente do FNE. Atualmente, existem acordos com 120 Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior que viabilizam a operacionalização do Programa.

Destaca-se, ainda, o FNE Sol para pessoa física, linha criada em 2019. Em seu ano de lançamento, foram contratadas mais de 2,8 mil operações, as quais representaram montante de R\$ 86,3 milhões, correspondendo a 172,65% da meta inicialmente planejada.

Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas da administração pública indireta, categorizadas como “não dependentes”, conforme legislação vigente. Os 1.938 clientes desse segmento atingiram, na posição de dezembro de 2019, saldo médio de R\$ 578,7 milhões em captação de recursos e saldo devedor de operações de crédito da ordem de R\$ 444,7 milhões.

Empresarial

O segmento Empresarial atende as empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões até R\$ 400,0 milhões. Em 2019, o Banco alcançou quantitativo de 11,5 mil clientes com perfil do segmento empresarial, evolução de 15,18% frente ao número apresentado ao final de 2018.

Essas empresas contrataram junto às carteiras do segmento empresarial R\$ 5,74 bilhões de operações com FNE, exceto infraestrutura, o que representa aumento de 11,3% em relação a 2018. Com relação às operações de infraestrutura, o segmento Empresarial contratou R\$ 1,03 bilhão de FNE, apenas 27,5% do realizado em 2018, devido à destinação das operações de infraestrutura para o segmento *Corporate*.

Além das operações com recursos do FNE, o segmento empresarial contratou ainda R\$ 747,0 milhões com outras fontes de recursos.

Em 2019, as aplicações totais (com todas as fontes) nesse segmento somaram R\$ 7,63 bilhões, sendo: R\$ 1,19 bilhão em Agronegócios; R\$ 3,88 bilhões em Comércio e Serviços; R\$ 1,53 bilhão em Indústria e R\$ 1,03 bilhão em Infraestrutura.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

6.3 Recuperação de Crédito

O ano de 2019 constituiu grande oportunidade de regularização de dívidas, em particular para produtores rurais atingidos pelas estiagens dos últimos anos, por meio dos adventos das Leis nºs 13.340/2016 e 13.606/2018.

Os valores auferidos em 2019 com a recuperação de crédito registraram montante histórico de R\$ 16,20 bilhões. Essas regularizações viabilizaram a marca de recuperação em espécie de R\$ 826,0 milhões de crédito em atraso e prejuízo. No total, foram regularizadas 157 mil operações, cujos números globais constituíram significativos resultados de melhorias na qualidade do ativo e reflexos positivos na Regularização de Dívidas do Banco.

Com relação à Lei nº 13.340/2016, foram regularizadas 46,9 mil operações, perfazendo total de R\$ 2,47 bilhões, das quais 43 mil operações foram com FNE e 3,7 mil com fontes não FNE.

Já na Lei nº 13.606/2018, foram regularizadas 45,4 mil operações no total de R\$ 11,64 bilhões, refletindo de forma relevante nos números da Regularização de Dívidas, o que demonstra a efetividade das estratégias definidas pela Diretoria Executiva.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança no setor público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <http://www.tcu.gov.br/governanca>).

Nesse sentido, o Banco do Nordeste, como entidade da Administração Pública Indireta, mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa, órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão. Nesta ordenação estão presentes o Conselho de Administração, assessorado pelos Comitês de Auditoria, de Remuneração e Elegibilidade, de Riscos e de Capital; a Auditoria Interna e a Ouvidoria; a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

A estrutura de Governança Corporativa do Banco, disponível em <https://www.bnb.gov.br/sobre-o-banco/estrutura-organizacional>, está assim apresentada: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Elegibilidade, Comitê de Riscos e de Capital, Auditoria Interna, Ouvidoria, Controles Internos e *Compliance*, Comissão de Ética e Auditoria Externa.

A estrutura de governança do Banco está definida em seu Estatuto Social, que é o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto, disponível na *Internet* em <http://www.bnb.gov.br/estatuto-social>.

7.1 Auditoria

Em 2019, a Auditoria Interna realizou trabalhos de avaliação, com destaque para: Atendimento a Clientes, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), Governança Corporativa, Estratégias de Mercado, Contabilidade - Partes Relacionadas, Controles Internos, Crédito (Concessão, Administração e Recuperação), Gerenciamento de Capital, Gestão Integrada de Riscos, Gerenciamento do Ambiente Físico de TI, Garantia da Segurança dos Sistemas, Garantia da Continuidade dos Serviços de TI, Planejamento Empresarial e Programa de Integridade.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

7.2 Controles Internos

O indicador de conformidade (IC) do BNB, em 2019, atingiu 97,28%. Esse resultado ratifica a orientação empresarial da administração do Banco de realizar negócios de forma íntegra, sustentável e rentável.

Os comitês de decisão e/ou de avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos. Acrescenta-se aos diversos comitês especializados o Comitê de Integridade e Ética do Banco, que tem como atribuição, dentre outras, coordenar a aplicação da Política de Integridade do Banco, determinando a adoção de providências e de ações necessárias para o aprimoramento dos mecanismos do Programa de Integridade da Instituição. A Comissão de Ética do Banco do Nordeste também exerce importante papel de apoio à Estrutura de Controles Internos, pois tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e Integridade, representar o cidadão (cliente ou não) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuar para a melhoria dos processos internos da Instituição.

8. GESTÃO DE RISCOS

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste é construída a partir da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) definida pelo Conselho de Administração e contempla orientações e diretrizes para as atividades relacionadas à gestão contínua e integrada dos riscos financeiros (risco de crédito, operacional, de mercado, de variação da taxa de juros da carteira bancária - IRRBB, de liquidez), socioambiental, estratégico, reputacional e de conformidade. Referidos riscos são considerados relevantes pelo Banco do Nordeste em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se na observação da legislação vigente e da Declaração de Apetite por Riscos da Instituição, na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco do Nordeste é compatível com o nível de apetite a risco, a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição, ampara a governança da empresa como parte integrante do seu Sistema de Controles Internos e funciona como instrumento que contribui para o alcance dos objetivos estratégicos planejados.

Em 2019, o Banco implementou várias medidas com objetivo de manter-se aderente à legislação em vigor e em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa e de Gestão de Riscos. Dentre essas medidas destacam-se:

- ✓ Revisão da estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital da Instituição;
- ✓ Atualização da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Instituição;
- ✓ Atualização da Política Corporativa de Gestão de Riscos em observância ao disposto na nova legislação vigente e na RAS;
- ✓ Implantação de novas sistemáticas de cálculo do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) com base em modelos de variação de valor econômico (Δ EVE) e de variação de resultado na intermediação financeira (Δ NII);
- ✓ Atualização da Política de Gestão de Continuidade de Negócios;
- ✓ Atualização do plano de contingência de liquidez; e
- ✓ Reportes periódicos tempestivos para a superior administração.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

9. RELACIONAMENTOS

9.1 Relacionamento com o Cliente

O Banco do Nordeste, visando proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidar a imagem institucional de credibilidade, segurança e competência, presta atendimento à luz de sua política de relacionamento com clientes, consoante na Resolução nº 4.539/2016, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 4.876,1 mil atendimentos em 2019, sendo: 337,6 mil atendimentos por telefone (SAC e CAC); 152,9 mil por canais multimeios (SIC, *e-mail*, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 33,8 mil 2^{as}. vias de boletos emitidos, a pedido dos clientes; 4.351,5 mil atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento de segurança bancária, renovação de seguros e realização de pesquisas de satisfação e campanhas institucionais.

Cabe evidenciar que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>) e transparência passiva (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>).

Ouvidoria

Em 2019, foram registrados 1.179 atendimentos, entre reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações, representando acréscimo de 29,7% em relação a 2018.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.433/2015, a Ouvidoria tem 10 dias úteis para enviar resposta às demandas dos clientes e usuários do Banco do Nordeste, prazo que poderá, em até 10% do total de casos do mês, ser excepcionalmente prorrogado por mais 10 dias úteis. Destaque-se que, em 2019, a Ouvidoria do Banco do Nordeste respondeu 100% das reclamações dentro do prazo legal.

De acordo com o Banco Central, em 2019, o Banco do Nordeste manteve-se no 2º lugar com menor número de reclamações naquela Autarquia, dentre as instituições financeiras com mais de 4 milhões de clientes. O *ranking* é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio. Nos resultados do *Ranking* de Qualidade de Ouvidorias do 2º e 3º trimestres de 2019, também divulgado pelo Banco Central, a Ouvidoria do Banco do Nordeste figurou na primeira colocação, tendo atingido a nota máxima cinco no 3º trimestre do ano. Esse *ranking* objetiva disponibilizar à sociedade informações qualitativas sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras.

9.2 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Em 2019, a Superintendência de Tecnologia da Informação (TI) do Banco disponibilizou diversos produtos e serviços que tornaram o Banco ainda mais digital, melhorando consideravelmente a eficiência operacional com automatização de diversos processos e provendo melhor experiência do cliente ao utilizar os aplicativos nos canais *web* e *mobile*. Foi aprimorado o Giro Digital, incorporando a funcionalidade *upload* de documentos e verificação de suficiência de garantia aval e fiança, que agregou maior agilidade às operações de autoatendimento e à mobilidade aos clientes MPE que buscam Capital de Giro. Em relação ao Microcrédito, foram evoluídos os sistemas S-476 e S-344 para todas as unidades do

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Banco, sendo implementadas novas funcionalidades nos módulos *web* e *mobile* do sistema Agroamigo.

9.3 Relacionamento com a Sociedade

As ações de patrocínio conciliam diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando ampliar relacionamentos, divulgar produtos, incrementar negócios e fortalecer a marca. Em 2019, foram destinados R\$ 8,8 milhões a 379 projetos, dos quais 47 culturais e 332 de cunho institucional-mercadológico. O investimento em projetos de patrocínio que tiveram fonte em leis de incentivo fiscal correspondeu a 16% do total de recursos aplicados.

O Banco do Nordeste compreende a cultura como parte da política integrante do desenvolvimento do Nordeste. Nesse sentido, adota as diretrizes de democratização do acesso às manifestações artístico-culturais, apoio à produção, fruição, circulação e formação artístico-cultural. Seus três centros culturais (Fortaleza e Cariri, no Ceará, e Sousa, na Paraíba) oferecem à comunidade espaço democrático de acessibilidade aos diversos campos em artes, mediante realização de programação artístico-cultural gratuita.

Assim, o Banco promove a formação de público e movimentação profissionais da cultura em âmbito local, regional e nacional. Em 2019, os Centros Culturais alcançaram público de 478 mil pessoas, das quais 130 mil participaram de 1.559 atividades em artes cênicas, artes visuais, cinema, literatura, música, oficina de formação, artes para o público infantil e tradição cultural. As bibliotecas instaladas nos equipamentos alcançaram a marca de 209 mil visitantes.

9.4 Relacionamento com os Empregados

O Banco do Nordeste encerrou 2019 com 6.802 empregados, 145 Bolsistas de Nível Médio, 657 Bolsistas de Nível Superior e 513 Jovens Aprendizes. Em decorrência da efetivação do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) foram desligados 268 empregados, proporcionando renovação do quadro de pessoal. Foram realizadas 159 convocações de candidatos oriundos do concurso realizado em 2018, dos quais 116 para os cargos de Analista Bancário (nível médio) e 43 para Especialista Técnico - Analista de Sistemas (nível superior).

Em 2019, foram estruturados cinco Bancos de Sucessão de Administradores, processo de seleção interna de gestores principais, com 161 empregados aprovados e 36 designações.

A Universidade Corporativa Banco do Nordeste estruturou, em 2019, programa de excelência para líderes, envolvendo os atuais e potenciais gestores - Programa de Excelência em Gestão (PEG), com oferta de 150 oportunidades de capacitação para formação de gerências intermediárias.

O Banco contratou treinamento para todos empregados, capacitando-os para a mudança de comportamento e cultura - 'Trilha de Transformação Digital', - de modo que o BNB permaneça cada vez mais alinhado às novas tendências nesse assunto. Turma piloto foi realizada com 23 empregados representantes dos níveis estratégico, tático e operacional.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

10. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

10.1 Camed

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saude), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de carteira de 37.596 beneficiários (posição de 31/12/2019) e está presente na região Nordeste, no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos demais Estados, os beneficiários da Camed são atendidos por meio de Convênios de Reciprocidades com outras operadoras de planos de saúde.

Em 2019, o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R\$ 7,6 milhões. Esse resultado foi inferior ao de 2018, em função principalmente dos custos com serviços médicos, hospitalares, odontológicos e afins terem crescido 9,10%, em 2019, enquanto em 2018 cresceu apenas 0,32% em relação ao ano anterior, bem como a Camed Saúde ter constituído provisão técnica para insuficiência de contribuições, estabelecida pelo órgão regulador ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), no montante de R\$ 6,5 milhões.

Já a Camed Corretora, presente principalmente nas localidades de atuação do Banco do Nordeste, por intermédio de suas Agências, encerrou 2019 com resultado positivo de R\$ 10,9 milhões, representando crescimento de 29% em relação ao exercício anterior. O resultado foi impulsionado pelo crescimento da venda de seguros realizados na base de negócios de crédito do Banco do Nordeste, aumentando as receitas de comissão de R\$ 49,0 milhões, em 2018, para R\$ 64,0 milhões, em 2019, correspondendo a crescimento de 30% no ano.

10.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra patrimônio de R\$ 4,94 bilhões na posição de 31/12/2019. A Capef possui 12.439 participantes e beneficiários assistidos. Os participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido - Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes, e outro de contribuição variável - Plano CV I, criado em 2010. O Plano BD encerrou 2019 com 1.271 participantes ativos, 3.867 aposentados e 1.319 pensionistas, obtendo rentabilidade de 11,56% equivalente a 113,04% da sua meta atuarial de 10,23% (INPC + 5,50% ao ano). O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Em 2019, obteve rentabilidade de 14,23% equivalente a 145,42% de sua meta atuarial de 9,78% (IPCA + 5,25% ao ano). O plano encerrou 2019 com 5.675 participantes ativos, 267 aposentados e 40 pensionistas.

11. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, em 2019, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**A T I V O**

		31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
CIRCULANTE		13.326.453	16.409.154
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	168.525	133.428
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	3.376.358	7.779.984
Aplicações no Mercado Aberto		3.275.927	7.626.446
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		100.431	153.538
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	1.747.783	1.296.313
Carteira Própria		1.362.688	701.750
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		242.819	-
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	585.664
Vinculados à Prestação de Garantias		142.276	8.899
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		526.650	502.579
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		508	1.362
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	525.291	500.019
Correspondentes.....		851	1.198
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.082.117	4.268.172
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.412.295	4.614.935
Setor Público.....		75.318	185.614
Setor Privado		5.336.977	4.429.321
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(330.178)	(346.763)
OUTROS CRÉDITOS		2.395.068	2.402.198
Carteira de Câmbio	(Nota 10.a)	855.128	868.658
Rendas a Receber	(Nota 10.b)	18.319	15.938
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.c)	20	12
Diversos	(Nota 10.d)	1.611.362	1.528.319
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(89.761)	(10.729)
OUTROS VALORES E BENS		29.952	26.480
Outros Valores e Bens		15.412	15.868
(Provisão para Desvalorização)		(581)	(632)
Despesas Antecipadas		15.121	11.244
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		45.071.845	42.026.807
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	37.942.241	35.077.031
Carteira Própria.....		36.056.160	33.398.598
Vinculados a Compromissos de Recompra		1.304.444	1.238.171
Vinculados à Prestação de Garantias		575.692	440.262
Títulos Objeto de Operações Compromissadas Com Livre Movimentação.....		5.945	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		74.903	70.581
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural		152	-
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	74.751	70.581
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.348.997	4.774.644
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	4.622.988	5.044.811
Setor Público		370.603	429.654
Setor Privado		4.252.385	4.615.157
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(273.991)	(270.167)
OUTROS CRÉDITOS		2.705.704	2.104.551
Diversos	(Nota 10.d)	2.733.058	2.132.399
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(27.354)	(27.848)
PERMANENTE		232.473	241.780
INVESTIMENTOS		1.592	1.591
Outros Investimentos.....		6.878	6.877
(Provisão para Perdas)		(5.286)	(5.286)
IMOBILIZADO		230.318	220.241
Imóveis de Uso		174.027	169.752
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		107.132	107.132
Outras Imobilizações de Uso		314.731	303.583
(Depreciações Acumuladas)		(365.572)	(360.226)
INTANGÍVEL		563	19.948
Ativos Intangíveis.....		563	19.948
TOTAL DO ATIVO		58.630.771	58.677.741

PASSIVO

		31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
CIRCULANTE		13.619.087	16.288.477
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	5.870.828	6.750.628
Depósitos a Vista.....		405.302	328.683
Depósitos de Poupança.....		2.633.831	2.433.765
Depósitos Interfinanceiros.....		1.165.021	1.559.993
Depósitos a Prazo.....		1.666.674	2.428.187
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	1.545.801	1.372.662
Carteira Própria.....		1.545.801	1.227.897
Carteira de Terceiros.....		-	144.765
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15.b)	46.107	1.311.459
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		46.107	162.276
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		-	1.149.183
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		429	316
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		429	316
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		3.493	8.108
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		3.381	7.996
Transferências Internas de Recursos.....		112	112
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.c)	881.557	900.437
Empréstimos no Exterior.....		881.557	900.437
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.b)	102.555	131.908
Tesouro Nacional.....		168	162
BNDES.....		88.080	113.476
FINAME.....		14.307	18.270
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	-	21.591
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	21.591
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	57.504	168.656
Repasse do Exterior.....		57.504	168.656
OUTRAS OBRIGAÇÕES		5.110.813	5.622.712
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	1.699	1.477
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	1.354	5.319
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	337.855	179.662
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	951.086	594.593
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 16.e)	153	153
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	1.193.931	2.357.803
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17)	250.000	-
Diversas	(Nota 16.i)	2.374.735	2.483.705
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		39.584.279	38.176.385
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	6.379.026	6.063.633
Depósitos a Prazo.....		6.379.026	6.063.633
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	5.924	8.819
Carteira Própria.....		5.924	8.819
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.d)	1.065.182	1.090.110
Tesouro Nacional.....		337	320
BNDES.....		1.030.853	1.041.974
FINAME.....		33.992	47.816
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	374.358	411.946
Repasse do Exterior.....		374.358	411.946
OUTRAS OBRIGAÇÕES		31.759.789	30.601.877
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	401.124	115.998
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	22.462.547	23.114.932
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 17)	2.545.199	2.369.446
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 17)	1.301.040	1.000.000
Diversas.....	(Nota 18)	5.049.879	4.001.501
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	5.427.405	4.212.879
CAPITAL		3.813.000	2.844.000
De Domiciliados no País.....		3.813.000	2.844.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		13.726	13.979
RESERVAS DE LUCROS		2.651.514	2.277.391
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(1.050.835)	(950.962)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		-	28.471
TOTAL DO PASSIVO		58.630.771	58.677.741

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2019	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		2.632.780	5.489.910	5.105.949
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.382.260	2.701.552	1.893.376
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	1.140.388	2.548.592	2.731.858
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	-	47.343	144.398
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	97.822	167.308	310.953
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	12.310	25.115	25.364
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(1.371.411)	(2.981.897)	(3.570.687)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(369.104)	(858.758)	(988.528)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(820.685)	(1.725.018)	(2.121.141)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(181.622)	(398.121)	(461.018)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		1.261.369	2.508.013	1.535.262
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 19)	11.969	(67.354)	(272.927)
Receitas de Prestação de Serviços.....		1.395.889	2.628.904	2.461.703
Rendas de Tarifas Bancárias.....		53.681	98.426	77.005
Despesas de Pessoal:		(1.002.588)	(2.002.378)	(2.001.459)
Despesas de Pessoal.....		(866.812)	(1.728.086)	(1.734.361)
Benefícios Pós-Emprego.....		(135.776)	(274.292)	(267.098)
Outras Despesas Administrativas.....		(664.678)	(1.286.167)	(1.222.206)
Despesas Tributárias.....		(148.947)	(326.982)	(312.696)
Outras Receitas Operacionais.....		1.004.221	2.044.497	1.888.307
Outras Despesas Operacionais.....		(625.609)	(1.223.654)	(1.163.581)
RESULTADO OPERACIONAL		1.273.338	2.440.659	1.262.335
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		(2.507)	(5.826)	3.503
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		1.270.831	2.434.833	1.265.838
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 20)	(220.007)	(592.902)	(481.612)
Provisão para Imposto de Renda.....		(209.954)	(365.360)	(204.382)
Provisão para Contribuição Social		(165.112)	(261.312)	(163.965)
Ativo Fiscal Diferido.....		155.059	33.770	(113.265)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(58.916)	(105.246)	(47.208)
LUCRO LÍQUIDO.....		991.908	1.736.685	737.018
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		11,48	20,11	8,53

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findos em 31 de Dezembro de 2019

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES			
SALDOS EM 31.12.2017 REAPRESENTADOS	2.844.000	-	11.769	271.416	1.413.610	-	(850.954)	60.870	3.750.711
AJUSTES RESOLUÇÃO CMN Nº 4.535, LÍQUIDOS DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS:									
DEPRECIÇÃO								19.343	19.343
ESTORNO DE REALIZAÇÃO DA RESERVA DE REAVLIAÇÃO			2.254					(2.254)	-
SALDOS EM 31.12.2017 AJUSTADOS	2.844.000	-	14.023	271.416	1.413.610	-	(850.954)	77.959	3.770.054
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES									
Credores.....								5.866	5.866
Devedores.....								(13.922)	(13.922)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:									
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							68.325		68.325
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							(168.333)		(168.333)
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Realização de Reserva de Reavaliação (Líquida dos Efeitos Tributários).....			(177)					177	-
Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação (Líquido dos Efeitos Tributários) (Resolução CMN Nº 4.535)			133					(133)	-
Transferência parte Reserva Estatutária conforme AGE 26032018					(568.800)	568.800			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (REAPRESENTADO).....								737.018	737.018
Destinações:									
Reservas.....				36.275	556.090			(592.365)	-
JCP antecipados atualizados monetariamente.....								(54.642)	(54.642)
Provisão de JCP complementares do exercício.....								(131.487)	(131.487)
SALDOS EM 31.12.2018 REAPRESENTADOS.....	2.844.000	-	13.979	307.691	1.400.900	568.800	(950.962)	28.471	4.212.879
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	-	-	(44)	36.275	(12.710)	568.800	(100.008)	(49.488)	442.825
SALDOS EM 31.12.2018 REAPRESENTADOS.....	2.844.000	-	13.979	307.691	1.400.900	568.800	(950.962)	28.471	4.212.879
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:									
Credores.....								431	431
Devedores.....								(919)	(919)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:									
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							479.801		479.801
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							(579.674)		(579.674)
AUMENTO DE CAPITAL:									
Transferência para Aumento de Capital.....		969.000			(969.000)				-
Incorporação ao Capital	969.000	(969.000)							-
Reavaliação de Ativos:									
Constituição de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários).....			(211)					(1.573)	(1.784)
Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535.....			(42)					42	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								1.736.685	1.736.685
Destinações:									
Reservas.....				86.834	1.062.489	193.800		(1.343.123)	-
Remuneração do Capital a Pagar:									
Dividendos.....								(83.910)	(83.910)
Juros Sobre o Capital Próprio (JCP).....								(332.857)	(332.857)
Atualização Monetária dos Dividendos e JCP antecipados.....								(3.247)	(3.247)
SALDOS EM 31.12.2019.....	3.813.000	-	13.726	394.525	1.494.389	762.600	(1.050.835)	-	5.427.405
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	969.000	-	(253)	86.834	93.489	193.800	(99.873)	(28.471)	1.214.526
SALDOS EM 30.06.2019.....	3.813.000	-	13.949	344.930	982.671	568.800	(995.568)	-	4.727.782
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:									
Credores.....								431	431
Devedores.....									
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:									
Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							161.448		161.448
Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários).....							(216.715)		(216.715)
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Estorno e Realização de Reserva de Reavaliação Res. CMN Nº 4.535 (Líquida dos Efeitos Tributários).....			(223)					(1.561)	(1.784)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								991.908	991.908
Destinações:									
Reservas.....				49.595	511.718	193.800		(755.113)	-
Remuneração do Capital a Pagar:									
Dividendos.....								(66.403)	(66.403)
Juros Sobre o Capital Próprio (JCP).....								(166.015)	(166.015)
Atualização Monetária dos Dividendos e JCP antecipados.....								(3.247)	(3.247)
SALDOS EM 31.12.2019.....	3.813.000	-	13.726	394.525	1.494.389	762.600	(1.050.835)	-	5.427.405
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	-	-	(223)	49.595	511.718	193.800	(55.267)	-	699.623

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findos em 31 de Dezembro de 2019

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2019	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Semestre/Exercício.....	(Nota 4.b)	991.908	1.736.685	737.018
Ajustes ao Lucro Líquido:				
Despesas de Depreciação e Amortização.....	(Nota 12)	5.873	11.608	10.103
Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....		(2.695)	(51)	12
Provisão líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 4.b)	141.972	318.237	452.847
Provisão líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 4.b)	39.650	79.884	8.171
Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	(Nota 19.f e g)	214.246	354.277	495.878
Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)		(29)	12	586
Provisão líquida para Contingências.....	(Nota 21)	113.432	155.079	52.154
Provisão líquida para Outras Contingências.....		17.843	60.875	82.258
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)		135.017	272.880	266.132
Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	(Nota 28 a.3)	82.456	239.988	173.481
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	(Nota 13.d)	8.262	17.072	26.485
Ativo Fiscal Diferido.....		(155.059)	(33.770)	(113.265)
Provisão Líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	(Nota 8.b)	(49)	(98)	(95)
Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	(Nota 19.g)	-	4.674	4.365
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais.....		(7.779)	(14.043)	(12.716)
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras	(Nota 13.d)	26.374	28.446	-
Lucro Líquido Ajustado do Semestre/Exercício.....		1.611.422	3.231.755	2.183.414
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		109.019	197.872	(47.669)
Relações Interfinanceiras e Interdependências		(38.925)	(32.798)	13.535
Operações de Crédito.....		(589.429)	(706.535)	(396.209)
Outros Créditos.....		(578.077)	(626.095)	360.658
Outros Valores e Bens.....		(7.005)	(4.431)	6.526
Depósitos.....		(127.062)	(581.481)	979.594
Captações no Mercado Aberto		(18.472)	170.245	395.034
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....		(95.457)	(56.771)	122.190
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....		(148.304)	(221.900)	(404.221)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	564.072	(137.560)
Outras Obrigações.....		(1.976.402)	(623.828)	1.764.289
Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação - Resolução CMN Nº 4.535.....		(4.171)	(1.573)	-
Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535.....		30	(211)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....		(217.431)	(352.658)	(389.721)
Ajustes de Exercícios Anteriores.....		(28.070)	(488)	(8.057)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....		(2.108.334)	955.175	4.441.803
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Inversões em Investimentos.....		-	(1)	-
Inversões em Imobilizado de Uso.....		34.642	(25.854)	(39.970)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....		(321)	(6.748)	(1.239)
Alienação de Imobilizado de Uso.....		3.774	4.169	2.602
Baixa de Ativo Intangível.....		-	19.385	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....		4.614	7.758	122
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....		(1.242.937)	(3.422.543)	(9.286.329)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....		(1.200.228)	(3.423.834)	(9.324.814)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de Dividendos.....		(184.240)	(315.261)	(147.010)
Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal		-	(178.156)	(196.838)
Pagamento de Eurobônus.....		-	(1.208.582)	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....		(184.240)	(1.701.999)	(343.848)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(3.492.802)	(4.170.658)	(5.226.859)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No Início do Semestre/Exercício.....		6.937.253	7.615.109	12.841.968
No Fim do Semestre/Exercício.....		3.444.451	3.444.451	7.615.109
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(3.492.802)	(4.170.658)	(5.226.859)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2019	%	31.12.2019	%	31.12.2018 Reapresentado	%
RECEITAS	4.276.833		8.634.136		7.911.868	
Intermediação Financeira	2.632.780		5.489.910		5.105.949	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.449.570		2.727.330		2.538.708	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(181.622)		(398.121)		(461.018)	
Outras Receitas/Despesas	376.105		815.017		728.229	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.189.789)		(2.583.776)		(3.109.669)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(639.037)		(1.237.200)		(1.176.534)	
Materiais, Energia e Outros	(46.191)		(92.492)		(87.939)	
Serviços de Terceiros	(359.307)		(687.731)		(610.794)	
Outras	(233.539)		(456.977)		(477.801)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(125.811)		(261.708)		(275.326)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(13.722)		(21.868)		(28.327)	
Transportes	(16.029)		(29.643)		(30.877)	
Segurança	(33.151)		(64.678)		(60.618)	
Viagens	(8.027)		(15.873)		(17.449)	
Outras	(36.799)		(63.207)		(65.204)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.448.007		4.813.160		3.625.665	
RETENÇÕES	(5.872)		(11.608)		(10.103)	
Depreciação, amortização e exaustão	(5.872)		(11.608)		(10.103)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.442.135		4.801.552		3.615.562	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.442.135		4.801.552		3.615.562	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.442.135		4.801.552		3.615.562	
PESSOAL	921.811	37,75	1.833.148	38,18	1.780.987	49,26
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	645.121	26,42	1.281.338	26,69	1.233.850	34,13
Proventos	586.205		1.176.092		1.186.642	
Participação nos lucros	58.916		105.246		47.208	
BENEFÍCIOS	231.163	9,47	462.344	9,63	459.804	12,72
Provisões (Benefícios pós-emprego)	135.776		274.292		267.098	
Benefícios - Outros	95.387		188.052		192.706	
FGTS	45.527	1,86	89.466	1,86	87.333	2,42
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	508.648	20,83	1.194.361	24,87	1.061.988	29,37
Federais	485.033		1.150.552		1.024.141	
Estaduais	37		72		39	
Municipais	23.578		43.737		37.808	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	19.768	0,81	37.358	0,78	35.569	0,98
Aluguéis	19.768		37.358		35.569	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	991.908	40,62	1.736.685	36,17	737.018	20,38
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	168.954	6,92	335.796	6,99	186.129	5,15
União	93.692		186.213		94.926	
Outros	75.262		149.583		91.203	
DIVIDENDOS	66.711	2,73	84.218	1,75	-	
União	36.994		46.702		-	
Outros	29.717		37.516		-	
LUCROS RETIDOS NO SEMESTRE/EXERCÍCIO	756.243	30,97	1.316.671	27,42	550.889	15,24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - O Banco e suas Características	Nota 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18 - Patrimônio Líquido
Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4 - Informações por Segmento	Nota 20 - Impostos e Contribuições
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21 - Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23 - Benefícios Pós-Emprego
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24 - Participação nos Lucros (PLR)
Nota 10 - Outros Créditos	Nota 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11 - Carteira de Câmbio	Nota 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12 - Permanente	
Nota 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 27 - Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29 - Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30 - Outras Informações
Nota 16 - Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nestas Demonstrações, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo defluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil) são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de riscos durante toda a operação, estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Espera-se que um *hedge* seja altamente efetivo se a variação no valor de mercado, ou o fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge*, compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação,

aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A Emenda Constitucional nº 103/2019 elevou a alíquota da CSLL para 20%, a partir de 01.03.2020. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no período de realização destes ativos. No Ativo, os créditos tributários são registrados em "Outros créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen nº 3.171/2002. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, a legislação societária não estabeleceu critérios para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430/1996;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996): cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: previsão da apropriação das despesas de depreciação.

Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extra mercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

Reapresentação de Saldos Comparativos

No exercício, o Banco recalculou a vida útil dos bens do ativo imobilizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016, cujos efeitos foram contabilizados nas contas de Lucros ou Prejuízos Acumulados e de Despesas de Depreciação.

Conforme CPC nº 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses recálculos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos de 31.12.2018, que estão sendo reapresentados:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo Permanente	193.002	48.778	241.780
Imobilizado de Uso	171.463	48.778	220.241
(Depreciação Acumulada)	(409.004)	48.778	(360.226)
Total do Ativo	58.628.963	48.778	58.677.741
Passivo Exigível a Longo Prazo	38.158.465	17.920	38.176.385
Outras Obrigações	30.583.957	17.920	30.601.877
Fiscais e Previdenciárias	98.078	17.920	115.998
Patrimônio Líquido	4.182.021	30.858	4.212.879
Reservas de Reavaliação	11.592	2.387	13.979
Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA)	-	28.471	28.471
Total do Passivo	58.628.963	48.778	58.677.741

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Outras Despesas Administrativas	(1.241.249)	19.043	(1.222.206)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(474.084)	(7.528)	(481.612)
Provisão para Imposto de Renda	(199.677)	(4.705)	(204.382)
Provisão para Contribuição Social	(161.142)	(2.823)	(163.965)
Lucro Líquido	725.503	11.515	737.018
Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) – em R\$	8,400	0,133	8,533

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	4.182.021	30.858	4.212.879
Reserva de Reavaliação	11.592	2.387	13.979
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	28.471	28.471

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício	725.503	11.515	737.018
Depreciação, Amortização e Exaustão	(29.146)	19.043	(10.103)
Lucro Líquido Ajustado	2.190.942	(7.528)	2.183.414
Outras Obrigações	1.756.761	7.528	1.764.289

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Retenções	(29.146)	19.043	(10.103)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(29.146)	19.043	(10.103)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.054.460	7.528	1.061.988
Federais	1.016.613	7.528	1.024.141
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	725.503	11.515	737.018
LUCROS RETIDOS NO EXERCÍCIO	539.374	11.515	550.889

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido	725.503	11.515	737.018
Outros Resultados Abrangentes	(99.831)	(133)	(99.964)
Realização de Reserva de Reavaliação	322	(145)	177
Efeito Tributário sobre a Realização de Reserva de Reavaliação	(145)	12	(133)
Resultado Abrangente	625.672	(11.382)	637.054

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 31.12.2019 e 31.12.2018.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	2º Sem/2019			01.01 a 31.12.2019			01.01 a 31.12.2018 Reapresentado		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.077.572	1.556.922	3.634.494	4.381.526	3.147.055	7.528.581	3.961.107	3.036.651	6.997.758
Receitas de Operações de Crédito	1.382.260	-	1.382.260	2.701.552	-	2.701.552	1.893.376	-	1.893.376
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	428.951	711.437	1.140.388	1.015.985	1.532.607	2.548.592	1.057.914	1.673.944	2.731.858
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	47.343	-	47.343	144.398	-	144.398
Resultado de Operações de Câmbio	97.822	-	97.822	167.308	-	167.308	310.953	-	310.953
Resultado de Aplicações Compulsórias	12.310	-	12.310	25.115	-	25.115	25.364	-	25.364
Outras Receitas	156.229	845.485	1.001.714	424.223	1.614.448	2.038.671	529.102	1.362.707	1.891.809
Despesas	(645.810)	(945.146)	(1.590.956)	(1.425.065)	(1.918.389)	(3.343.454)	(1.899.433)	(2.168.726)	(4.068.159)
Despesas de Captação no Mercado	(369.104)	-	(369.104)	(858.758)	-	(858.758)	(988.528)	-	(988.528)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(95.084)	(725.601)	(820.685)	(168.186)	(1.556.832)	(1.725.018)	(449.887)	(1.671.254)	(2.121.141)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e)	(181.622)	(219.545)	(401.167)	(398.121)	(361.557)	(759.678)	(461.018)	(497.465)	(958.483)
Provisão Proagro a Receber	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Margem Financeira	1.431.762	611.776	2.043.538	2.956.461	1.228.666	4.185.127	2.061.674	867.925	2.929.599
Rendas de Prestação de Serviços	385.794	1.010.095	1.395.889	693.876	1.935.028	2.628.904	614.989	1.846.714	2.461.703
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	53.681	-	53.681	98.426	-	98.426	77.005	-	77.005
Pasep e Cofins	(35.862)	(88.374)	(124.236)	(81.678)	(199.853)	(281.531)	(87.710)	(185.535)	(273.245)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.835.375	1.533.497	3.368.872	3.667.085	2.963.841	6.630.926	2.665.958	2.529.104	5.195.062
Despesas Administrativas			(1.667.266)			(3.288.545)			(3.223.665)
Despesas de Pessoal			(1.002.588)			(2.002.378)			(2.001.459)
Depreciação e Amortização			(5.873)			(11.609)			(10.103)
Outras Despesas Administrativas			(658.805)			(1.274.558)			(1.212.103)
Outras Despesas			(299.501)			(691.595)			(570.629)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(131.274)			(215.953)			(134.930)
Lucro antes da Tributação e Participações			1.270.831			2.434.833			1.265.838
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(220.007)			(592.902)			(481.612)
Participações no Lucro			(58.916)			(105.246)			(47.208)
Lucro Líquido			991.908			1.736.685			737.018

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades em Moeda Nacional	166.586	129.549
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	1.939	3.879
Total da Disponibilidade de Caixa	168.525	133.428
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.275.926	7.481.681
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.444.451	7.615.109

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
a) Aplicações no Mercado Aberto	3.275.927	7.626.446
Revendas a Liquidar	3.275.927	7.481.681
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	-	144.765
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	100.431	153.538
Aplicações em Moedas Estrangeiras	24.440	45.188
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	75.991	108.350
Total	3.376.358	7.779.984
Saldo de Curto Prazo	3.376.358	7.779.984

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	166.344	393.012	712.116
Posição Bancada	165.113	387.929	704.614
Posição Financiada	1.231	5.083	7.502
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	1.609	5.233	6.892
Total	167.953	398.245	719.008

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Títulos Disponíveis para Venda	39.423.052	35.550.260
Títulos Mantidos até o Vencimento	266.972	237.420
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	-	585.664
Total	39.690.024	36.373.344
Saldo de Curto Prazo	1.747.783	1.296.313
Saldo de Longo Prazo	37.942.241	35.077.031

a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	31.12.2019									31.12.2018	
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	13.000	-	-	1.525.861	37.111.997		38.278.918	38.650.858	371.940	35.065.997	(446.684)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.472.104	32.895.287	2020 a 2025	34.357.431	34.367.391	9.960	31.233.564	11.309
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.255.427	2050 a 2055	2.376.638	3.255.427	878.789	1.914.110	230.388
Letras Financeiras	-	-	-	53.735	833.334	2020 a 2022	920.896	887.069	(33.827)	1.807.566	(57.936)
Debêntures ⁽¹⁾	13.000	-	-	-	124.935	2026 a 2041	582.172	137.935	(444.237)	107.133	(593.538)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	2.959	2027	3.556	2.959	(597)	3.397	(688)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	38.141	-	(38.141)	-	(36.196)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	22	55	2020 a 2022	84	77	(7)	227	(23)
Cotas de Fundos de Investimentos	487	-	-	-	-		2.089	487	(1.602)	431	(1.605)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.602	-	(1.602)	-	(1.605)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	445	-	-	-	-	Sem Vencimento	445	445	-	400	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	42	-	-	-	-	Sem Vencimento	42	42	-	31	-
Títulos de Renda Variável	53.739	-	-	-	-		23.241	53.739	30.498	34.671	11.430
Outros Incentivos Fiscais – Finor	171	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	171	62	171	62
Ações de Companhias Abertas	53.568	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	53.568	30.436	34.500	11.368
Títulos Dados em Garantia ⁽²⁾	-	-	-	142.277	575.691		718.059	717.968	(91)	449.161	(336)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	142.277	575.691	2020 a 2025	717.093	717.968	875	440.262	594
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	966	-	(966)	-	(916)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.899	(14)
Total da Categoria	67.226	-	-	1.668.138	37.687.688		39.022.307	39.423.052	400.745	35.550.260	(437.195)
Crédito Tributário (Nota 20.c)									231.429		279.464
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 20.d)									(413.323)		(103.221)
Total do Ajuste a Valor de Mercado									218.851		(260.952)

⁽¹⁾ No exercício, foi reconhecido como perda de caráter permanente para as debêntures da carteira do Banco, o valor de R\$ 126.781, consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001

⁽²⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 535.858 (R\$ 270.805 em 31.12.2018); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.265 (R\$ 3.081 em 31.12.2018); Garantias em Processos Judiciais R\$149.288 (R\$ 147.388 em 31.12.2018); e Demais Garantias R\$ 29.557 (R\$ 27.887 em 31.12.2018).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar

no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R\$ 400.745 ((R\$ 437.195) em 31.12.2018). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 218.851 ((R\$ 260.952) em 31.12.2018).

Títulos Mantidos até o Vencimento	31.12.2019						31.12.2018		
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	-	12.419	254.553		266.972	251.995	237.420	184.507
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	187.756	2030	187.756	172.779	176.986	124.073
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	22.040	2021	22.040	22.040	13.923	13.923
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	14.963	2023	14.963	14.963	12.981	12.981
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	3.829	2026	3.829	3.829	2.289	2.289
FIP Brasil Agronegócios	-	-	12.419	-	2020	12.419	12.419	13.309	13.309
Nordeste III FIP	-	-	-	25.965	2023	25.965	25.965	17.932	17.932
Total da Categoria	-	-	12.419	254.553		266.972	251.995	237.420	184.507

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

- a.3)** No período, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.
- a.4)** A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	166.344	393.012	712.116
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.609	5.233	6.029
Títulos de Renda Fixa	970.902	2.148.621	2.013.340
Títulos de Renda Variável	1.533	1.726	373
Total	1.140.388	2.548.592	2.731.858

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2019, o Banco não possui operações de *swap*, visto que os contratos venceram em 03.05.2019.

Especificação	31.12.2018	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-
3 a 12 meses	585.664	21.591
1 a 3 anos	-	-
Total	585.664	21.591

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.12.2018				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.170.210	584.546	1.148.619	584.546	(21.591)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds</i> – <i>Senior Unsecured Notes</i>	1.170.493		1.148.033		(22.460)
Crédito Tributário (Nota 20.c)					-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 20.d)					(8.984)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.150, em 31.12.2018, sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds* – *Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	2º sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
<i>Swap</i>	-	47.343	144.398
Total	-	47.343	144.398

NOTA 8 – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	518.222	-	518.222	486.835	-	486.835
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	7.069	-	7.069	13.184	-	13.184
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	83.126	(8.375)	74.751	78.858	(8.277)	70.581
Tesouro Nacional – Crédito Rural	152	-	152	-	-	-
Total	608.569	(8.375)	600.194	578.877	(8.277)	570.600
Saldo de Curto Prazo	525.291	-	525.291	500.019	-	500.019
Saldo de Longo Prazo	83.278	(8.375)	74.903	78.858	(8.277)	70.581

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	10.195	20.945	21.422
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.164	4.268	4.037
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(49)	(98)	(95)
Total	12.310	25.115	25.364

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.035.283	(604.169)	9.659.746	(616.930)
Curto Prazo	5.412.295	(330.178)	4.614.935	(346.763)
Longo Prazo	4.622.988	(273.991)	5.044.811	(270.167)
Outras Rubricas com Características de Crédito	903.400	(89.761)	883.584	(10.729)
Curto Prazo	886.812	(89.761)	880.453	(10.729)
Longo Prazo	16.588	-	3.131	-
Total	10.938.683	(693.930)	10.543.330	(627.659)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamentos a Depositantes	283	160
Empréstimos	5.371.883	4.460.331
Títulos Descontados	7.311	12.704
Financiamentos	1.583.077	1.540.865
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	24.525	10.616
Financiamentos Agroindustriais	5.273	5.965
Financiamentos Rurais	1.162.224	1.366.030
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.880.707	2.263.075
Subtotal de Operações de Crédito	10.035.283	9.659.746
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.602	11.787
Devedores por Compra de Valores e Bens	15.894	662
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10.d)	51.174	51.269
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 11.a)	822.730	819.866
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	903.400	883.584
Total	10.938.683	10.543.330

⁽¹⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Empréstimos e Títulos Descontados	593.654	1.132.575	869.288
Financiamentos	214.638	425.489	541.072
Financiamentos Agroindustriais	456	964	564
Financiamentos Rurais	313.546	645.155	234.606
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	259.966	497.369	247.846
Total	1.382.260	2.701.552	1.893.376

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
Rural	4.455	3.096	24.322	12.879	103.512	992.126	1.140.390	1.293.076
Indústria	29.541	45.305	35.025	113.628	649.907	1.334.395	2.207.801	2.381.250
Governo	3.233	3.298	29.568	9.309	29.908	370.602	445.918	615.268
Outros Serviços	114.902	103.723	88.637	204.411	303.570	1.477.105	2.292.348	2.308.207
Comércio	907.324	797.289	711.739	1.192.723	414.259	266.047	4.289.381	3.395.694
Intermediários Financeiros	64	65	66	201	420	11.560	12.376	632
Habituação	-	-	-	-	-	-	-	157
Pessoas Físicas	25.862	10.801	6.722	12.416	10.812	8.824	75.437	83.739
Total 31.12.2019	1.085.381	963.577	896.079	1.545.567	1.512.388	4.460.659	10.463.651	
Total 31.12.2018	953.785	874.408	711.446	1.281.809	1.384.987	4.871.588		10.078.023

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
Rural	113	6	71	298	108	32	628	39.791
Indústria	3.260	2.639	2.598	7.759	12.312	78.446	107.014	36.626
Outros Serviços	7.201	1.640	1.524	4.606	7.920	44.765	67.656	87.010
Comércio	46.366	1.856	1.665	4.760	8.140	54.700	117.487	131.358
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	45
Pessoas Físicas	187	213	210	639	666	970	2.885	2.851
Total 31.12.2019	57.127	6.354	6.068	18.062	29.146	178.913	295.670	
Total 31.12.2018	21.114	15.545	12.691	28.392	43.188	176.751		297.681

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
Rural	-	115	6	793	217	153	25.196	26.480	39.126
Indústria	2.146	2.574	2.313	2.219	7.557	2.242	1	19.052	7.169
Outros Serviços	12.330	1.086	3.484	1.589	4.059	3.876	154	26.578	28.819
Comércio	87.155	1.045	1.898	1.655	4.060	4.602	12	100.427	84.726
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	27
Pessoas Físicas	27	597	786	553	1.683	3.077	102	6.825	7.759
Total 31.12.2019	101.658	5.417	8.487	6.809	17.576	13.950	25.465	179.362	
Total 31.12.2018	14.772	13.229	17.966	13.816	31.026	39.277	37.540		167.626

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2019				31.12.2018			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	2.920.892	-	2.920.892	-	3.722.942	-	3.722.942	-
A	5.875.376	-	5.875.376	(29.377)	4.696.442	-	4.696.442	(23.482)
B	630.622	41.610	672.232	(6.722)	714.345	29.577	743.922	(7.439)
C	560.877	33.315	594.192	(17.826)	529.726	30.253	559.979	(16.799)
D	126.094	36.557	162.651	(16.265)	158.894	24.218	183.112	(18.311)
E	36.034	20.377	56.411	(16.923)	32.733	28.424	61.157	(18.347)
F	7.744	31.801	39.545	(19.772)	13.275	24.010	37.285	(18.642)
G	79.523	21.606	101.129	(70.790)	16.302	29.876	46.178	(32.326)
H	226.489	289.766	516.255	(516.255)	193.364	298.949	492.313	(492.313)
Total	10.463.651	475.032	10.938.683	(693.930)	10.078.023	465.307	10.543.330	(627.659)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	627.659	950.848
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	398.121	460.408
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(331.850)	(783.597)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	693.930	627.659
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.848	27.238
(+) Constituição de Provisão no Período	153	834
(-) Reversão de Provisão no Período	(647)	(224)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	27.354	27.848
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	721.284	655.507

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	2º sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	141.973	318.237	452.847
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	40.073	81.047	7.628
(-) Reversões de Provisões Operacionais	(480)	(1.163)	(67)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	181.566	398.121	460.408
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	56	56	835
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	(56)	(225)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	181.622	398.121	461.018

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12.2019		31.12.2018	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Outras Fianças Bancárias	-	-	450	-
Setor Público	28.525.698	(2.748.825)	24.029.174	(2.990.936)
FDNE (Notas 16.i e 21.f.2)	136.129	(1.234)	131.323	(1.222)
FNE (Notas 16.i e 21.f.2)	28.387.515	(2.747.591)	23.887.363	(2.989.707)
Proagro (Notas 16.i e 21.f.2)	2.054	-	10.488	(7)

g) Concentração de Crédito

Especificação	31.12.2019		31.12.2018	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	1.983.570	18,13	2.079.899	19,73
50 maiores devedores	4.003.785	36,60	4.340.102	41,16
100 maiores devedores	4.576.639	41,84	4.942.422	46,88

h) No exercício de 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 259.966 (R\$ 247.846 em 31.12.2018) e as renegociações totalizaram R\$ 1.024.023 (R\$ 501.483 em 31.12.2018).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	855.128	868.658
b) Rendas a Receber	18.319	15.938
c) Negociação e Intermediação de Valores	20	12
d) Diversos	4.344.420	3.660.718
Créditos Tributários sobre PCLD, Rap, Op. Alongadas, Provisões Contingenciais e PID (Nota 20.c)	1.292.188	1.322.540
Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 20.c)	1.542.624	891.040
Créditos Tributários sobre TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Nota 20.c)	231.429	288.101
Devedores por Depósitos em Garantia	513.595	410.721
Impostos e Contribuições a Compensar	456.321	356.473
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	51.174	51.269
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.981	1.986
Pagamentos a Ressarcir	3.587	2.409
Valores a Receber Bônus Rebate	62.396	85.167
Outros Valores	161.377	224.264
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(117.115)	(38.577)
Com Características de Concessão de Crédito	(89.761)	(10.729)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.354)	(27.848)
Total	5.100.772	4.506.749
Saldo de Curto Prazo	2.395.068	2.402.198
Saldo de Longo Prazo	2.705.704	2.104.551

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)	855.128	868.658
Câmbio Comprado a Liquidar	841.527	856.751
Direitos sobre Vendas de Câmbio	629	5.354
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(629)	(5.233)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.601	11.786
Ativo Circulante (Nota 10.a)	855.128	868.658
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	1.354	5.319
Obrigações por Compras de Câmbio	823.454	819.866
Câmbio Vendido a Liquidar	629	5.318
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(822.730)	(819.866)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	1.354	5.319

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Rendas de Câmbio	98.472	168.261	311.799
Despesas de Câmbio	(650)	(953)	(846)
Total	97.822	167.308	310.953

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019		31.12.2019	
	Saldo Contábil	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas		
Ações e Cotas	331	-	-	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.260	1	-	1.261	1.261
Total	1.591	1	-	1.592	1.592

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019			31.12.2019		
	Saldo Contábil Reapresentado	Movimentações			Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	79.826	5.006	(113)	(1.662)	264.190	(181.133)	83.057
Sistema de Processamento de Dados	76.477	14.165	(804)	(6.653)	182.360	(99.175)	83.185
Móveis e Equipamentos de Uso	33.378	5.942	(2.500)	(2.611)	80.058	(45.849)	34.209
Terrenos	17.576	-	(607)	-	16.969	-	16.969
Instalações	5.350	406	(17)	(105)	19.190	(13.556)	5.634
Sistema de Comunicação	50	62	(3)	(9)	306	(206)	100
Sistema de Segurança	7.348	254	(125)	(334)	18.466	(11.323)	7.143
Sistema de Transporte	236	19	-	(234)	14.351	(14.330)	21
Total	220.241	25.854	(4.169)	(11.608)	595.890	(365.572)	230.318

c) Intangível

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 31.12.2019			31.12.2019	
	Saldo Contábil	Movimentações			Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas ⁽¹⁾	Amortização		
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.948	-	(19.385)	-	563	563
Total	19.948	-	(19.385)	-	563	563

(1) refere-se à baixa, por *impairment*, do Ativo que aloca os custos de aquisição de licença para uso de software ERP, medida está adotada pela administração do Banco em face de resultado de estudo realizado durante o 1º semestre, em que concluiu que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
Depósitos a Vista	405.302	-	-	-	-	-	405.302	328.683
Depósitos de Poupança	2.633.831	-	-	-	-	-	2.633.831	2.433.765
Depósitos Interfinanceiros	528.636	636.385	-	-	-	-	1.165.021	1.559.993
Depósitos a Prazo	561.089	1.105.585	3.676.111	1.704.789	886.107	112.019	8.045.700	8.491.820
Depósitos a Prazo	226.082	1.073.863	1.906.535	1.588.357	804.528	112.019	5.711.384	6.268.746
Depósitos Judiciais com Remuneração	329.858	-	-	-	-	-	329.858	338.746
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.769.576	81.578	81.579	-	1.932.733	1.774.562
FAT Recursos Disponíveis	657	448	-	-	-	-	1.105	29.249
FAT Recursos Aplicados	4.492	13.226	-	-	-	-	17.718	36.905
Outros	-	18.048	-	34.854	-	-	52.902	43.612
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	44.074	2.033	-	-	-	-	46.107	1.311.459
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	-	-	-	-	-	-	-	1.149.183
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	44.074	-	-	-	-	-	44.074	162.276
Letras Financeiras - encargos	-	2.033	-	-	-	-	2.033	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	250.000	-	-	-	1.301.040	1.551.040	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	2.545.199	2.545.199	2.369.446
Total em 31.12.2019	4.172.932	1.994.003	3.676.111	1.704.789	886.107	3.958.258	16.392.200	
Total em 31.12.2018	4.005.491	4.056.596	3.938.740	1.061.156	1.036.782	3.396.401		17.495.166

b) Depósitos

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos a Vista	405.302	328.683
Depósitos de Governos	6.527	6.039
Depósitos Vinculados	175.616	136.476
Pessoas Jurídicas	173.543	153.133
Pessoas Físicas	48.152	32.647
Outros Valores	1.464	388
Depósitos de Poupança	2.633.831	2.433.765
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.741.528	1.580.066
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	891.360	852.933
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	943	766
Depósitos Interfinanceiros	1.165.021	1.559.993
Depósitos a Prazo	8.045.700	8.491.820
Depósitos a Prazo	5.711.384	6.268.746
Depósitos Judiciais com Remuneração	329.858	338.746
Outros Depósitos a Prazo	2.004.458	1.884.328
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 26 e 28.a.1)	18.823	66.154
Recursos Disponíveis (Nota 26)	1.105	29.249
Proger Urbano	-	9.360
Protrabalho	346	1.778
Infraestrutura	-	1.286
PNMPO	759	16.825
Recursos Aplicados (Nota 26)	17.718	36.905
Proger Urbano	-	190
Protrabalho	17.718	22.196
PNMPO	-	14.519
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	1.932.733	1.774.562
Outros Valores	52.902	43.612
Total	12.249.854	12.814.261
Saldo de Curto Prazo	5.870.828	6.750.628
Saldo de Longo Prazo	6.379.026	6.063.633

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Carteira Própria	1.551.725	1.236.716
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.551.725	1.236.716
Carteira de Terceiros	-	144.765
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	144.765
Total	1.551.725	1.381.481
Saldo de Curto Prazo	1.545.801	1.372.662
Saldo de Longo Prazo	5.924	8.819

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Despesas de Captações	(300.413)	(742.228)	(918.568)
Depósitos a Prazo	(174.450)	(351.529)	(340.202)
Depósitos de Poupança	(39.569)	(81.521)	(81.218)
Depósitos Judiciais	(8.262)	(17.072)	(26.485)
Depósitos Interfinanceiros	(17.767)	(37.394)	(41.490)
Depósitos Especiais	(52.450)	(106.649)	(110.794)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(2.402)	(137.277)	(307.558)
Outros Depósitos	(5.513)	(10.786)	(10.821)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(68.691)	(116.530)	(69.960)
Carteira de Terceiros	(1.231)	(5.083)	(7.502)
Carteira Própria	(41.086)	(83.001)	(62.458)
Letras Financeiras	(26.374)	(28.446)	-
Total	(369.104)	(858.758)	(988.528)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
Empréstimos no Exterior	130.332	751.225	-	-	-	-	881.557	900.437
Repasses do País	33.397	69.158	314.258	315.853	397.229	37.842	1.167.737	1.222.018
Repasses do Exterior	30.422	27.082	177.073	135.152	62.133	-	431.862	580.602
Total em 31.12.2019	194.151	847.465	491.331	451.005	459.362	37.842	2.481.156	
Total em 31.12.2018	190.074	1.010.927	472.715	492.940	498.921	37.480		2.703.057
Saldo de Curto Prazo							1.041.616	1.201.001
Saldo de Longo Prazo							1.439.540	1.502.056

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2019	31.12.2018
Tesouro Nacional	IGP - DI + 2,00	505	482
BNDES	Pré 1,5 a 11,10	1.118.933	1.155.450
Programa de Operações Conjuntas (POC)	TJLP + 0,00 a 4,00 IPCA + 9,41	729.216	767.975
Linha de Crédito para Investimento no Setor	Varição Cambial + 2,00 a 4,00	389.717	387.475
Finame	Pré 1,5 a 7,00	48.299	66.086
Programa Automático	TJLP + 0,00 a 4,00	27.528	44.393
Programa Agrícola	Varição Cambial + 2,00 a 4,00	20.771	21.693
Total (Nota 28.a.1)		1.167.737	1.222.018
Saldo de Curto Prazo		102.555	131.908
Saldo de Longo Prazo		1.065.182	1.090.110

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	881.557	900.437
Total		881.557	900.437
Saldo de Curto Prazo		881.557	900.437

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2019	31.12.2018
BID-Prodetur I	USD + 4,51	-	112.392
BID-Prodetur II	USD + 3,52	427.022	462.387
BID-Outros Programas	USD + 3,52	4.840	5.823
Total		431.862	580.602
Saldo de Curto Prazo		57.504	168.656
Saldo de Longo Prazo		374.358	411.946

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º sem/2019	01.01. a 31.12.2019	01.01. a 31.12.2018
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(6)	(6)	-
Obrigações por Empréstimo no País	(6)	(6)	-
Despesas de Obrigações por Repasses	(86.519)	(179.080)	(306.856)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(41.322)	(95.838)	(130.191)
Tesouro Nacional	(9)	(24)	(34)
BNDES	(40.110)	(92.965)	(125.881)
Finame	(1.203)	(2.849)	(4.276)
Despesas de Repasses do Exterior	(45.197)	(83.242)	(176.665)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(83.576)	(141.305)	(271.625)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(650.584)	(1.404.627)	(1.542.660)
Total	(820.685)	(1.725.018)	(2.121.141)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2019	Valor de Mercado em 31.12.2019	Valor de Mercado em 31.12.2018 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	-	-	1.149.183
Total				-	-	-	1.149.183
Saldo de Curto Prazo						-	1.149.183

⁽¹⁾ A Obrigação foi liquidada em 03.05.2019

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

b) Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

Especificação	Remuneração	Valor Nominal	31.12.2019	31.12.2018
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,19% do CDI	97.523	44.074	162.276
Letras Financeiras – encargos contratuais			2.033	-
Total			46.107	162.276
Saldo de Curto Prazo			46.107	162.276

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 35 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.699	1.477
Recursos do Proagro	76	227
Recebimento de Tributos Federais	-	35
IOF a Recolher	832	783
Outros Tributos e Assemelhados	791	432
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	1.354	5.319
c) Sociais e Estatutárias	337.855	179.662
Remuneração do Capital a Pagar	232.293	131.418
Participações nos Lucros	105.562	48.244
d) Fiscais e Previdenciárias	1.352.210	710.591
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	695.011	298.010
TVM e IFD (Nota 20.d)	413.323	103.221
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	1.745	1.591
Decorrentes de Créditos Recuperados, Item Objeto de <i>Hedge</i> e Depreciação Diferida (Nota 20.d)	279.943	193.198
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	543.083	308.822
Imposto de Renda	331.949	165.587
Contribuição Social	211.134	143.235
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	114.116	103.759
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	23.656.478	25.472.735
FNE (Nota 28.a.1)	22.702.557	24.585.592
Outros Valores	953.921	887.143
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.551.040	1.000.000
Principal Autorizado (Notas 17.a e 28.a.1)	750.000	1.000.000
Complementar Autorizado (Notas 17.b e 27.ii)	801.040	-
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 17.c e 28.a.1)	2.545.199	2.369.446
i) Diversas	7.424.614	6.485.206
Provisão para Contingências	562.438	401.730
Trabalhistas (Nota 21.f.1.ii)	334.025	206.531
Cíveis (Nota 21.f.1.iii)	176.738	146.964
Outras Causas Fiscais (Nota 21.a.1.ii)	17.815	15.769
Outras Contingências	33.860	32.466
Outros (Nota 21.f.1.iv)	33.860	32.466
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21.f.2)	2.748.825	2.990.936
FNE (Notas 9.f e 21.f.2.i)	2.747.591	2.989.707
Repasses	628	1.017
Risco Integral BNB	22.630	59.135
Risco Compartilhado	2.724.333	2.929.555
FDNE (Notas 9.f e 21.f.2.ii)	1.234	1.222
Proagro (Notas 9.f e 21.f.2.iii)	-	7
Passivos Atuariais	3.430.173	2.227.601
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 23.k e 28.a.2)	931.871	606.070
Plano de Assistência Médica (Notas 23.k e 28.a.2)	2.134.473	1.474.370
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 23.k e 28.a.2)	363.829	147.161
Provisão para Pagamentos a Efetuar	519.213	505.807
Despesa de Pessoal	189.823	249.489
Outros Valores	89.402	82.836
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	239.988	173.482
Outros Valores	163.965	359.132
Total	36.870.602	36.224.589
Saldo de Curto Prazo	5.110.813	5.622.712
Saldo de Longo Prazo	31.759.789	30.601.877

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 27.g.ii)

a) PR Nível I - Capital Principal:

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a

título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente. A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2019	31.12.2018
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	750.000	1.000.000
Saldo de Curto Prazo				250.000	-
Saldo de Longo Prazo				500.000	1.000.000

b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2019	31.12.2018
Letras Financeiras ⁽¹⁾ (Nota 16.g)	801.040	117% da Selic	06.2019	801.040	-
Saldo de Longo Prazo				801.040	-

⁽¹⁾ Juros pagos semestralmente.

c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.545.199	2.369.446
Recursos disponíveis	1.629.532	1.379.634
Recursos aplicados	915.667	989.812
Total (Notas 16.h e 28.a.1)	2.545.199	2.369.446

NOTA 18 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 3.813.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2018), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.415	55,45	44.049.447	51,00
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19	6.217.900	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) ⁽¹⁾	0	0,00	3.846.968	4,45
Outros	2.063.481	2,39	2.051.581	2,38
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

⁽¹⁾ Saldo de ações transferido para a União Federal no processo de extinção do FND

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 969.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.844.000 para R\$ 3.813.000, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.726 (R\$ 13.979 em 31.12.2018, rerepresentado) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 253 (R\$ 44 em 31.12.2018) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Pagamento de JCP do exercício de 2018

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovada a distribuição de JCP complementares referentes ao exercício findo em 31.12.2018, de R\$ 131.487. O pagamento dos JCP ocorreu em 08.05.2019.

d) Dividendos e JCP do 1º semestre de 2019

Por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 09.08.2019, foi aprovada a distribuição de Dividendos Antecipados do exercício, sendo R\$ 17.507 sob a forma de Dividendos e R\$ 166.842 sob a forma de JCP imputados aos dividendos, perfazendo um montante bruto de R\$ 184.349, e líquido de R\$ 183.832, correspondente a um benefício, líquido de imposto de renda, de 25,00% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre (R\$ 53.372 em 30.06.2018), tendo o pagamento ocorrido em 28.08.2019. O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários da ordem de R\$ 66.737 (R\$ 23.770 em 30.06.2018).

e) Dividendos e JCP do Exercício

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R\$ 420.014 (líquido de IR: R\$ 418.970), sendo R\$ 84.218 na forma de Dividendos e R\$ 335.796 (líquido de IR: 334.752) sob a forma de JCP imputados ao valor do dividendo, correspondente a 25,06% (líquido de 25%) sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de Dividendos e JCP do 1º semestre, atualizado monetariamente, no valor de R\$ 187.595, foi contabilizado, em conta de Provisão, o montante de R\$ 232.418 (R\$ 231.892, líquido de IR), para pagamento de Dividendos e JCP complementares do exercício.

O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 132.303 (R\$ 82.634 em 31.12.2018).

f) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:

Especificação	01.01. a 31.12.2019	01.01. a 31.12.2018
1. Lucro Líquido do Exercício	1.736.685	725.503
2. Reserva Legal Constituída	(86.834)	(36.275)
3. Ajustes Devedores LPA	(18.840)	(82.785)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	(3.908)	177
5. Ajustes Credores LPA	48.778	135.598
6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	1.675.881	742.218
7. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício	420.013	186.129
8. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício	418.970	185.555
9. Dividendos sob a forma de JCP proposto no Exercício (R\$ 3,8877963266 por ação em 31.12.2018: R\$ 2,1549796995 por ação)	335.795	186.129
10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre	(517)	(165)
11. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre	(526)	(409)
12. JCP líquidos imputados aos dividendos (item 9 - item 10 - item 11) R\$ 3,8757284616 por ação (em 31.12.2018: JCP de R\$ 2,1483321041 por ação)	334.752	185.555
13. JCP antecipado corrigido pela Selic	(169.780)	(54.642)
14. Valor Complementar líquido de Imposto de Renda do JCP de R\$ 1,9160183051 por ação (item 9 - item 11 - item 13) (em 31.12.2018: JCP de R\$ 1,51569253138977 por ação)	165.489	131.078
15. Dividendos propostos no Exercício (R\$ 0,9750666936 por ação) (em 31.12.2018 R\$ 0 por ação)	84.218	-
16. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic	(17.815)	-
17. Valor complementar de Dividendos de R\$ 0,7688076346 por ação (item 15 - item 16) (em 31.12.2018: Dividendos de R\$ 0 por ação)	66.403	-
18. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 6) (R\$ 4,8507951551 por ação) (Em 31.12.2018 R\$ 2,1549796995 por ação)	25,000%	25,000%
19. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/item 6) R\$ 4,8628630201 por ação) (Em 31.12.2018 R\$ 2,1549796995 por ação)	25,062%	25,077%

g) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no fechamento de cada exercício. No exercício de 2019 foi de R\$ 86.834 (R\$ 36.275 em 31.12.2018).

h) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no fechamento de cada exercício após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos. No exercício de 2019 foi constituído o valor de R\$ 1.256.989 sendo R\$ 1.062.489 destinado à Reserva para Margem Operacional e R\$ 193.800 para a Reserva para Equalização de Dividendos Complementares (R\$ 556.090 em 31.12.2018 destinado à Reserva para Margem Operacional).

i) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda ⁽¹⁾	479.801	(111.464)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego) ⁽¹⁾	(579.674)	111.524
Ajuste de Avaliação Patrimonial⁽¹⁾	(99.873)	60

⁽¹⁾ líquido dos efeitos tributários

NOTA 19 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/19	01.01. a 31.12.2019	01.01. a 31.12.2018 Reapresentado
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.395.889	2.628.904	2.461.703
Administração de Fundos de Investimentos	30.729	56.589	42.893
Administração de Fundos e Programas	1.021.940	1.958.549	1.884.914
Prestação de Serviços	343.220	613.766	533.896
b) Rendas de Tarifas Bancárias	53.681	98.426	77.005
c) Despesas de Pessoal	(1.002.588)	(2.002.378)	(2.001.459)
Proventos	(579.040)	(1.161.699)	(1.170.831)
Encargos Sociais	(206.106)	(404.234)	(399.247)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(63.804)	(120.845)	(107.544)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(65.816)	(141.246)	(145.977)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(6.156)	(12.201)	(13.577)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(81.666)	(162.153)	(164.283)
d) Outras Despesas Administrativas	(664.678)	(1.286.167)	(1.222.206)
Processamento de Dados	(114.132)	(237.610)	(250.052)
Propaganda e Publicidade	(8.496)	(11.787)	(17.761)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(319.376)	(610.494)	(547.640)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(40.597)	(80.217)	(74.261)
Viagens	(8.027)	(15.873)	(17.449)
Comunicações	(11.679)	(24.098)	(25.274)
Depreciação e Amortização (Nota 12)	(5.873)	(11.608)	(10.103)
Manutenção e Conservação de Bens	(25.362)	(49.633)	(49.247)
Vigilância, Segurança e Transporte	(49.180)	(94.321)	(91.495)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(5.226)	(10.081)	(10.566)
Serviços do Sistema Financeiro	(19.831)	(37.741)	(31.588)
Serviços Técnicos Especializados	(20.100)	(39.496)	(31.566)
Seguros	(1.921)	(4.229)	(2.207)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(15.333)	(31.359)	(38.130)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.225)	(2.644)	(1.789)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.988)	(5.871)	(5.770)
FUNDECI-Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(3.800)	(3.800)	(4.000)
Outros Valores	(11.532)	(15.305)	(13.308)
e) Despesas Tributárias (Nota 20.e)	(148.947)	(326.982)	(312.696)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(124.262)	(281.577)	(273.270)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(23.190)	(42.314)	(36.553)
Outros Valores	(1.495)	(3.091)	(2.873)
f) Outras Receitas Operacionais	1.004.221	2.044.497	1.888.307
"Del credere" de Fundos Administrados	844.623	1.615.780	1.369.542
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	24.421	109.661	119.957
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	-	66.870	107.799
Variação Cambial Negativa Reclasif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	862	3.882	4.087
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	5.293	7.273	1.594
Recuperação de Encargos e Despesas	3.258	5.845	6.171
Reversão de Provisões Operacionais	4.335	18.431	18.263
Juros e Comissões	10.650	12.287	1.531
Correção Monetária	1.376	1.898	828
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	95.707	178.325	236.192
Outros Valores	13.696	24.245	22.343
g) Outras Despesas Operacionais	(625.609)	(1.223.654)	(1.163.581)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(2.542)	(2.984)	(2.504)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(24.114)	(109.350)	(132.643)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(2.322)	(3.372)	(127)
Descontos Concedidos em Renegociações	(55.246)	(69.846)	(30.367)
Encargos de Operações de Crédito	(12.162)	(16.500)	(3.524)
Riscos Fiscais	(1.313)	(2.359)	(4.304)
Riscos com Operações do FNE	(219.545)	(361.556)	(497.465)
Riscos com Operações do FDNE	(11)	(52)	(3.354)
Causas Trabalhistas	(112.119)	(152.720)	(48.367)
Causas Cíveis	(16.632)	(57.875)	(78.633)
Outras Causas	(1.210)	(2.999)	(3.626)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(82.456)	(239.988)	(173.481)
Atualização Monetária do IECP	-	(4.674)	(4.365)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(41.000)	(82.544)	(91.330)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(46.186)	(93.211)	(72.648)
Outros Valores	(8.751)	(23.624)	(16.843)
Total	11.969	(67.354)	(272.927)

⁽¹⁾ Contém despesas do Exercício de 2019, no valor de R\$ 515.658 (R\$ 463.788 em 31.12.2018), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

NOTA 20 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018 (Reapresentado)	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018 (Reapresentado)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	2.434.833	1.265.838	2.434.833	1.265.838
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(105.246)	(47.208)	(105.246)	(47.208)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	-	(186.129)	-	(186.129)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	2.329.587	1.032.501	2.329.587	1.032.501
Adições/Exclusões Permanentes	(413.810)	(28.809)	(414.289)	(30.073)
Adições/Exclusões Temporárias	(563.650)	(283.273)	(563.650)	(283.274)
Resultado Tributável	1.352.127	720.419	1.351.648	719.154
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(338.008)	(180.025)	(202.747)	(143.786)
Deduções (Incentivos Fiscais)	16.711	13.499	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	25	25	15	20
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA ⁽¹⁾	(321.272)	(166.501)	(202.732)	(143.766)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados, Depreciação, IFD e Item Objeto de <i>Hedge</i> .	(35.172)	(37.881)	(51.573)	(20.199)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(356.444)	(204.382)	(254.305)	(163.965)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de <i>Hedge</i>	(102.341)	(42.700)	136.111	(70.565)
Total de IRPJ/CSLL	(458.786)	(247.082)	(118.193)	(234.530)
Alíquota Efetiva (%)	19,69	23,93	5,07	22,71
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	321.272	166.501	202.732	143.767
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação – 2017	-	(939)	-	(552)
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	24	25	15	20
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro ⁽¹⁾	321.296	165.587	202.747	143.235
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(229.544)	(212.423)	(113.492)	(134.041)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	91.752	(46.836)	89.255	9.194

⁽¹⁾ Os saldos de Provisão e Despesas correntes de IRPJ e CSLL incluem R\$ 15.923, decorrentes da contabilização, em 2019, de estorno de despesas de Pasep/Cofins no valor de R\$ 36.928, referentes ao período dez/14 a dez/18, por conta de recálculos das bases incidentes. As contas de provisão estão acrescidas, também, de R\$ 3.116 referente à aplicação de juros sobre o valor a recolher à Receita Federal do Brasil.

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	2.434.833	1.265.838
Encargo total de 40% - IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(973.933)	(569.627)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(576.979)	(481.712)
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(396.954)	(87.915)
PLR/JCP	(176.416)	(105.002)
Outras Rendas / FNE/Del Credere/Operações Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(22.872)	(20.648)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	(634)	(202)
Diferenças Temporárias – Provisões Atuariais	-	36.558
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	(3.214)	17.730
Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%) ⁽¹⁾	(197.516)	(9.279)
IRPJ/CSLL decorrente de exclusão de Pasep/Cofins	6.369	-
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(2.671)	(7.072)
Total da Carga Tributária Conciliada	(973.934)	(569.627)

⁽¹⁾No ano de 2018 a alíquota da CSLL era 20%, e o encargo total: 45%. Em 2019 e até fevereiro de 2020 vigorou a alíquota de 15% e, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL voltará a ser 20%.

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	31.12.2019		31.12.2018		31.12.2019	31.12.2018
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	711.030	426.632	802.220	526.293	1.137.662	1.328.513
Constituição	261.288	270.845	247.077	148.260	532.133	395.337
Realização/Reversão	(396.189)	(237.713)	(338.267)	(247.921)	(633.902)	(586.188)
Saldo Final (Nota 10.d)	576.129	459.764	711.030	426.632	1.035.893	1.137.662
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	2.101	1.261	-	-	3.362	-
Constituição	1.059	1.027	2.708	1.753	2.086	4.461
Realização/Reversão	(1.044)	(627)	(607)	(492)	(1.671)	(1.099)
Saldo Final (Nota 10.d)	2.115	1.661	2.101	1.261	3.776	3.362
c) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	1.004	798	-	-	1.802	-
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo Final (Notas 3 e 10.d)	1.004	798	-	-	1.802	-
d) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	269.396	161.638	257.640	154.584	431.034	412.224
Constituição	51.657	86.124	14.480	8.689	137.781	23.169
Realização/Reversão	(40.639)	(24.384)	(2.724)	(1.635)	(65.023)	(4.359)
Saldo Final (Notas 3 e 10.d)	280.414	223.378	269.396	161.638	503.792	431.034
e) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	14.667	8.800	-	-	23.467	-
Constituição	99	60	14.667	8.800	159	23.467
Realização/Reversão	(14.766)	(8.860)	-	-	(23.626)	-
Saldo Final (Nota 10.d)	-	-	14.667	8.800	-	23.467
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	98.781	59.268	81.083	48.650	158.049	129.733
Constituição	76.646	73.716	44.261	26.556	150.362	70.817
Realização/Reversão	(36.059)	(21.635)	(26.563)	(15.938)	(57.694)	(42.501)
Saldo Final (Nota 10.d)	139.368	111.349	98.781	59.268	250.717	158.049
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	5.398	3.239	-	-	8.637	-
Constituição	308	185	16.906	10.143	493	27.049
Realização/Reversão	(5.706)	(3.424)	(11.508)	(6.904)	(9.130)	(18.412)
Saldo Final (Nota 10.d)	-	-	5.398	3.239	-	8.637
h) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	3.128	1.877	-	5.005
Constituição	876	526	7.141	4.284	1.402	11.425
Realização/Reversão	(876)	(526)	(10.269)	(6.161)	(1.402)	(16.430)
Saldo Final (Nota 10.d)	-	-	-	-	-	-
i) TVM						
Saldo Inicial	173.455	106.009	164.744	105.550	279.464	270.294
Constituição	204.978	129.706	115.601	69.017	334.684	184.618
Realização/Reversão	(248.148)	(134.571)	(106.890)	(68.558)	(382.719)	(175.448)
Saldo Final (Notas 7.a.2 e 10.d)	130.285	101.144	173.455	106.009	231.429	279.464
j) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	287.504	172.502	217.365	130.420	460.006	347.785
Constituição	289.625	289.201	117.019	70.212	578.826	187.231
Realização/Reversão	-	-	(46.881)	(28.129)	-	(75.010)
Saldo Final (Nota 10.d)	577.129	461.703	287.503	172.503	1.038.832	460.006

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
1. Total das Diferenças Temporárias	6.991.153	6.860.096	6.991.153	6.680.096
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.747.788	1.670.024	1.392.996	1.003.950
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.576.160	1.383.478	1.258.652	830.102
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	130.285	178.853	101.144	109.248
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.706.445	1.562.331	1.359.796	939.350
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	41.343	107.693	33.200	64.600

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2020	84.469	82.932	62.195	61.016	146.664	143.948
2021	229.090	213.515	183.273	170.811	412.363	384.326
2022	123.122	110.564	98.498	88.451	221.620	199.015
2023	84.814	76.691	67.852	61.353	152.666	138.044
2024	97.524	83.287	78.019	66.630	175.543	149.917
2025	164.419	126.250	131.535	101.001	295.954	227.251
2026	58.429	50.471	46.744	40.377	105.173	90.848
2027	63.116	55.236	50.492	44.190	113.608	99.426
2028	49.454	42.023	39.564	33.619	89.018	75.642
2029	70.094	62.810	56.094	50.258	126.188	113.068
Acima de 2029	681.913	681.913	545.531	545.530	1.227.444	1.227.443
Total	1.706.444	1.585.692	1.359.797	1.263.236	3.066.241	2.848.928

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2019.

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2019		31.12.2018 (Reapresentado)		31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	3.155	1.893	-	5.048
Constituição	876	526	7.217	4.330	1.402	11.547
Realização/Reversão	(876)	(526)	(10.372)	(6.223)	(1.402)	(16.595)
Saldo Final (Notas 7.c e 16.d)	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	103.935	62.359	73.219	46.460	166.294	119.679
Constituição	35.930	48.813	31.288	17.649	84.743	48.937
Realização/Reversão	(123)	(73)	(572)	(1.750)	(196)	(2.322)
Saldo Final (Nota 16.d)	139.742	111.099	103.935	62.359	250.841	166.294
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	5.615	3.369	-	-	8.984	-
Constituição	308	185	17.197	10.318	493	27.515
Realização/Reversão	(5.923)	(3.554)	(11.582)	(6.949)	(9.477)	(18.531)
Saldo Final (Notas 7.c.1 e 16.d)	-	-	5.615	3.369	-	8.984
d) Depreciação Diferida						
Saldo Inicial	11.200	6.720	6.495	3.897	17.920	10.392
Constituição	5.301	6.395	4.879	2.928	11.696	7.807
Realização/Reversão	(322)	(192)	(174)	(105)	(514)	(279)
Saldo Final (Notas 16.d)	16.179	12.923	11.200	6.720	29.102	17.920
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	994	597	1.019	628	1.591	1.647
Constituição	-	193	68	41	193	109
Realização/Reversão	(25)	(15)	(93)	(72)	(40)	(165)
Saldo Final (Nota 16.d)	971	774	994	597	1.745	1.591
f) TVM						
Saldo Inicial	64.156	39.065	24.848	15.139	103.221	39.987
Constituição	888.277	578.499	218.603	132.348	1.466.776	350.951
Realização/Reversão	(721.962)	(434.712)	(179.295)	(108.422)	(1.156.674)	(287.717)
Saldo Final (Notas 7.a.2 e 16.d)	230.471	182.852	64.156	39.065	413.323	103.221

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 31.12.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2020	29.108	28.187	21.046	20.339	50.154	48.526
2021	23.282	20.990	18.626	16.793	41.908	37.783
2022	23.115	19.588	18.492	15.670	41.607	35.258
2023	23.018	18.807	18.414	15.045	41.432	33.852
2024	18.659	14.023	14.927	11.219	33.586	25.242
2025	14.777	10.436	11.821	8.349	26.598	18.785
2026	9.034	5.984	7.227	4.787	16.261	10.771
2027	6.246	3.894	4.996	3.115	11.242	7.009
2028	5.460	3.204	4.367	2.563	9.827	5.767
2029	14.967	8.267	11.973	6.614	26.940	14.881
Acima de 2029	219.697	219.697	175.759	175.758	395.456	395.455
Total	387.363	353.077	307.648	280.252	695.011	633.329

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2019.

e) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/19	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep ⁽¹⁾	(124.262)	(281.577)	(273.270)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(23.190)	(42.314)	(36.553)
Outros Valores	(1.495)	(3.091)	(2.873)
Total (Nota 19.e)	(148.947)	(326.982)	(312.696)

⁽¹⁾ O tributo de 2019 corresponde a R\$ 318.505, visto que houve o estorno de R\$ 36.928 de Pasep/Cofins, referente ao período dez/14 a dez/18, por conta de recálculos das bases incidentes.

NOTA 21 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Notas 16.i e 21 f.1.i)	3.762.943	17.815	3.211.433	15.769
i) Obrigação Legal	11.062	11.062	2.022	2.022
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.751.881	6.753	3.209.411	13.747
Provável	6.753	6.753	13.747	13.747
Possível	3.577.567	-	3.048.220	-
Remota ⁽¹⁾	167.561	-	147.444	-
a.2) Trabalhistas	602.533	334.025	482.297	206.531
Provável (Notas 16.i e 21 f.1.ii)	334.025	334.025	206.531	206.531
Possível	123.996	-	153.255	-
Remota	144.512	-	122.511	-
a.3) Causas Cíveis	7.716.331	176.738	6.593.396	146.964
Provável (Notas 16.i e 21 f.1.iii)	176.738	176.738	146.964	146.964
Possível	1.865.136	-	938.909	-
Remota ⁽²⁾	5.674.457	-	5.507.523	-
a.4) Outras Contingências (Notas 16.i e 21 f.1.iv)	1.088.651	33.860	946.799	32.466
i) Operações Securitizadas	4.015	4.015	5.620	5.620
ii) Outras	1.084.636	29.845	941.179	26.846
Provável	29.845	29.845	26.846	26.846
Possível	2.537	-	16.964	-
Remota	1.052.254	-	897.370	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 130.762, na posição de 31.12.2019 (R\$ 123.534 em 31.12.2018).

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.241.508, na posição de 31.12.2019. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.338.498 em 31.12.2019 (R\$ 2.008.363 em 31.12.2018); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 400.309 em 31.12.2019 (R\$ 343.796 em 31.12.2018); iii) repetição de indébito, lucro cessante e danos morais, R\$ 276.512 em 31.12.2019 (R\$ 237.475 em 31.12.2018); iv) indenização por danos materiais e morais e lucros cessantes, R\$ 226.189 em 31.12.2019 (R\$ 194.256 em 31.12.2018).

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem, em 31.12.2019, R\$ 3.266.787 (R\$ 2.793.275 em 31.12.2018).

Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, o montante de R\$ 505.217, sendo R\$ 505.067 classificado com risco possível e R\$ 150 com risco provável (R\$ 433.893, sendo R\$ 433.764 com risco remoto e R\$ 129 com risco provável, em 31.12.2018).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, o montante de R\$ 165.424 (R\$ 142.070 em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, R\$ 97.690 (não havia contingência para o processo em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, R\$ 79.770 (R\$ 68.508 em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, R\$ 78.928 (não havia contingência para o processo em 31.12.2018).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz 55.195, na data base de 31.12.2019 (R\$ 45.336 em 31.12.2018)

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 31.12.2019, R\$ 55.238 (R\$ 55.438 em 31.12.2018).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Demandas Trabalhistas	205.621	108.634
Demandas Fiscais	145.530	140.337
Demandas Cíveis	127.544	127.699
Outras Demandas	46	-
Contragarantia Operações Repasses BID	34.854	34.051
Total	513.595	410.721

f) Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	31.12.2019					31.12.2018				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Notas 16.i e 21.a.1)	15.769	2.763	(655)	(62)	17.815	13.328	4.967	(922)	(1.604)	15.769
ii) Trabalhistas (Notas 16.i e 21.a.2)	206.531	172.883	(20.160)	(25.229)	334.025	169.253	62.968	(15.118)	(10.571)	206.531
iii) Cíveis (Notas 16.i e 21.a.3)	146.964	92.294	(34.395)	(28.125)	176.738	116.349	104.816	(26.183)	(48.017)	146.964
iv) Outras (Notas 16.i e 21.a.4)	32.466	44.557	(43.163)	-	33.860	33.154	4.970	(2.904)	(2.754)	32.466
Total	401.730	312.497	(98.373)	(53.416)	562.438	332.084	177.721	(45.127)	(62.946)	401.730

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12.2019				31.12.2018			
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/ Utilização/ Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/ Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE (Notas 9.f e 16.i)	2.989.707	1.360.240	(1.602.356)	2.747.591	3.083.952	1.710.768	(1.805.013)	2.989.707
ii) FDNE (Notas 9.f e 16.i)	1.222	64	(52)	1.234	636	586	-	1.222
iii) Proagro (Notas 9.f e 16.i)	7	-	(7)	-	-	7	-	7
Total	2.990.936	1.360.304	(1.602.415)	2.748.825	3.084.588	1.711.361	(1.805.013)	2.990.936

NOTA 22 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018
Máxima	44.349,57	42.780,80
Mínima	1.864,51	1.756,24
Média	11.690,10	11.237,39

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 31.12.2019		01.01 a 31.12.2018		01.01 a 31.12.2018	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	1.107.062,84	1.161.181,45	70.835,04	74.649,19	66.492,72	71.181,23
Menor remuneração individual ⁽³⁾	734.481,75	910.014,59	54.279,84	58.107,18	54.279,84	57.144,55
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	927.343,84	1.031.236,64	60.346,98	56.045,14	57.219,53	59.613,92
Número de membros ⁽⁵⁾	6,25	6,67	5,33	6,08	5,17	5,42

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.12.2019, o número de funcionários do Banco totalizava 6.802 (7.005 em 31.12.2018), registrando-se uma redução de 2,90% no quadro de pessoal.

NOTA 23 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por

doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2019, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.12.2019, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2018, 1:1).

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco do custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial.

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.248	5.358	6.290	4.771
Assistidos (Aposentados)	3.841	266	3.958	3.657
Assistidos (Pensionistas)	1.243	38	1.241	-
TOTAL	6.332	5.662	11.489	8.428

f) Premissas utilizadas

f.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Caeaf, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

Especificação	Plano BD (Caeaf) e Plano Natural (Camed)	
	31.12.2019	31.12.2018
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo	RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo
Inválidos	RP2000 Disable F	RP2000 Disable F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Especificação	Plano CV I (Caeaf) e Seguro de Vida	
	31.12.2019	31.12.2018
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)	Experiência do IAPC (suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (suavizada em 85%)	Muller (suavizada em 85%)

f.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	6,60	9,00	7,22	9,17
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	2,87	4,80	3,46	4,98
Taxa média de inflação anual	3,63	4,00	3,63	4,00
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾ ⁽²⁾	4,67	5,04	-	-
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	3,63	4,00	3,63	4,00

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e em hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2019	31.12.2018
	31.12.2019	31.12.2018		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,22	9,17	7,22	9,17
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,46	4,98	3,46	4,98
Taxa média de inflação anual	3,63	4,00	3,63	4,00
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	4,67	4,00	3,63	4,00
Taxa nominal de aumento médio dos benefícios ⁽¹⁾	2,45 ⁽²⁾	2,74 ⁽²⁾	3,63	4,00
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,47	3,70	Não se aplica	Não se aplica
Taxa de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,45 ⁽²⁾	2,74 ⁽²⁾	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado.

⁽²⁾ Na posição de 31.12.2019, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 2,45%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços, e decresce gradualmente em 4 (quatro) anos, permanecendo a partir do 5º (quinto) ano em 1% a.a. Na posição de 31.12.2018, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 2,74%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços.

f.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

f.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

f.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº 4.424, do CMN. Na posição de 31.12.2019, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD: 6,73 anos (8,19 anos em 31.12.2018), para o plano Capef CV I: 25,64 anos (24,13 anos em 31.12.2018), para o plano Natural: 21,26 anos (23,09 anos em 31.12.2018) e para o Seguro de Vida: 19,58 anos (17,93 anos em 31.12.2018).

g) Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 31.12.2019, os planos administrados pela Capef e Camed, e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

g.1) Planos de Previdência Privada

g.1.1) Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 5.647.446 (R\$ 4.545.981 em 31.12.2018) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 4.715.575 (R\$ 3.939.911 em 31.12.2018), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 931.871 (R\$ 606.070 em 31.12.2018). A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 4.807.909 (R\$ 3.711.503 em 31.12.2018) e aos participantes ativos é de R\$ 839.537 (R\$ 834.478 em 31.12.2018);

g.1.2) Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 32.359 (R\$ 14.538 em 31.12.2018) é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 88.627 (R\$ 54.740 em 31.12.2018), resultando em um superávit de R\$ 56.268 (R\$ 40.202 em 31.12.2018), que

não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

g.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 2.293.236 (R\$ 1.621.151 em 31.12.2018) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 158.763 (R\$ 146.781 em 31.12.2018), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 2.134.473 (R\$ 1.474.370 em 31.12.2018). A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 1.517.652 (R\$ 1.151.076 em 31.12.2018) e aos participantes ativos é de R\$ 775.584 (R\$ 470.075 em 31.12.2018).

g.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 363.829 (R\$ 147.161 em 31.12.2018), inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 277.826 (R\$ 128.194 em 31.12.2018) e aos participantes ativos é de R\$ 100.999 (R\$ 40.797 em 31.12.2018), desse total ainda é descontado o subsídio cruzado no valor de R\$ 14.996 (R\$ 21.830 em 31.12.2018)

h) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(4.545.981)	(4.161.598)	(14.538)	(21.807)
2. Custo dos Juros	(392.997)	(390.990)	(1.311)	(2.034)
3. Custo do Serviço Corrente	(2.989)	(8.562)	(119)	(463)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	448.414	429.021	610	470
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(78.919)	(80.348)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(7.345)	(270)
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(1.074.974)	(333.504)	(9.656)	9.566
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	174.051	73.739	426	10.310
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(965.365)	(403.707)	(10.082)	(871)
7.3. Decorrentes da alteração do plano de custeio	(106.590)	-	-	-
7.4. Decorrentes do PID	-	(3.536)	-	127
7.5. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos benefícios	(177.070)	-	-	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.647.446)	(4.545.981)	(32.359)	(14.538)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2019	31.12.2018
	31.12.2019	31.12.2018		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período	(1.621.151)	(1.470.786)	(147.161)	(134.567)
2. Custo dos Juros	(145.446)	(139.767)	(13.158)	(12.760)
3. Custo do Serviço Corrente	(9.626)	(18.463)	(1.976)	(1.214)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	101.120	87.091	10.197	7.923
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(26.484)	(24.173)	(3.167)	(3.156)
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	12.351	11.544	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(604.000)	(66.597)	(208.564)	(3.387)
7.1. Ajustes de Experiência	(28.351)	167.801	43.187	8.366
7.2. Alterações de Premissas Financeiras	(484.613)	(231.162)	(85.548)	(11.795)
7.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais líquido do ganho decorrente do reajuste da tabela de contribuição de dependentes	(196.814)	-	-	-
7.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	60.846	-	-	-
7.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR)	44.932	-	-	-
7.6. Alterações de Outras Premissas – PID	-	(3.236)	-	42
7.7. Decorrentes da alteração do Contrato	-	-	(166.203)	-
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.293.236)	(1.621.151)	(363.829)	(147.161)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

i) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	3.939.911	3.750.382	54.740	44.629
2. Receita de Juros	342.700	355.214	5.128	4.410
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	79.129	80.549	1.520	1.422
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	178	212	1.531	1.429
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	78.919	80.348	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	7.345	270
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(448.414)	(429.021)	(610)	(470)
8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽²⁾	723.152	102.227	18.973	3.050
9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.715.575	3.939.911	88.627	54.740

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2019	31.12.2018
	31.12.2019	31.12.2018		
1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	146.781	116.548	-	-
2. Receita de Juros	13.412	11.545	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	81.979	74.332	4.103	4.377
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(5.587)	(5.321)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	345	662	2.927	390
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	26.484	24.173	3.167	3.156
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(12.351)	(11.544)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(101.120)	(87.091)	(10.197)	(7.923)
9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos ⁽³⁾	8.820	23.477	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	158.763	146.781	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

j) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	31.12.2019	31.12.2018
1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período	(40.202)	(22.822)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(3.817)	(2.376)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(12.249)	(15.004)
4. Efeito do Teto do Ativo no Fim do Período	(56.268)	(40.202)

k) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(5.647.446)	(4.545.981)	(32.359)	(14.538)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	4.715.575	3.939.911	88.627	54.740
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(931.871)	(606.070)	56.268	40.202
4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período	-	-	(56.268)	(40.202)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)	(931.871)	(606.070)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2019	31.12.2018
	31.12.2019	31.12.2018		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(2.293.236)	(1.621.151)	(363.829)	(147.161)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	158.763	146.781	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(2.134.473)	(1.474.370)	(363.829)	(147.161)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)	(2.134.473)	(1.474.370)	(363.829)	(147.161)

I) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Caped					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018	2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(1.435)	(2.811)	(8.350)	758	1.412	966
1.1. Custo do Serviço	(1.495)	(2.989)	(8.562)	(60)	(119)	(463)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	60	178	212	818	1.531	1.429
2. Juros Líquidos	(25.149)	(50.297)	(35.776)	-	-	-
2.1. Custo dos Juros	(196.499)	(392.997)	(390.990)	(655)	(1.311)	(2.034)
2.2. Receita de Juros	171.350	342.700	355.214	2.558	5.128	4.410
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	-	(1.903)	(3.817)	(2.376)
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)	(26.584)	(53.108)	(44.126)	758	1.412⁽¹⁾	966⁽¹⁾

⁽¹⁾ Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed			Seguro de Vida		
	Plano Natural			2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
	2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018			
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	172	(9.281)	(17.801)	420	951	(824)
1.1. Custo do Serviço	-	(9.626)	(18.463)	(988)	(1.976)	(1.214)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	172	345	662	1.408	2.927	390
2. Juros Líquidos	(66.017)	(132.034)	(128.222)	(6.579)	(13.158)	(12.760)
2.1. Custo dos Juros	(72.723)	(145.446)	(139.767)	(6.579)	(13.158)	(12.760)
2.2. Receita de Juros	6.706	13.412	11.545	-	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)⁽¹⁾	(65.845)	(141.315)	(146.023)	(6.159)	(12.207)	(13.584)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 2º Sem/2019: R\$ 29; 01.01 a 31.12.2019: R\$ 69; 01.01 a 31.12.2018: R\$ 46; e Seguro de Vida: 2º Sem/2019: R\$ 3; 01.01 a 31.12.2019: R\$ 6; 01.01 a 31.12.2018: R\$ 7.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(33.562)	(61.005)	(56.669)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 2º Sem/2019: R\$ 55; 01.01 a 31.12.2019: R\$ 148; e 01.01 a 31.12.2018: R\$ 250.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
1. Despesas Administrativas	(3.713)	(6.880)	(6.999)

m) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31.12.2019, dizem respeito às quedas nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2018, que passaram de 4,80% (31.12.2018) para 2,87% (31.12.2019) no plano BD, de 4,98% (31.12.2018) para 3,46% (31.12.2019) nos planos CV I, Natural e para o Seguro de Vida.

Além disso, registramos perdas decorrentes principalmente: (i) da alteração no plano de custeio no plano BD, com a redução do percentual de contribuição dos assistidos e reajuste dos benefícios; (ii) da

elevação dos custos assistenciais médios no plano Natural, tais perdas foram superiores aos ganhos gerados pela redução do percentual de despesas administrativas e da inflação médica (HCCTR), após a alteração da base de custos assistenciais dos últimos 10 anos, e o reajuste da tabela de contribuição dos dependentes; e (ii) da mudança no contrato de seguro de vida em grupo, que teve os tetos de capital segurado elevados e taxas de prêmio anual reduzidas.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	723.152	102.227	18.973	3.050
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	(1.074.974)	(333.504)	(9.656)	9.566
2.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	174.051	73.739	426	10.310
2.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(965.365)	(403.707)	(10.082)	(871)
2.3. Decorrentes da alteração do plano de custeio	(106.590)	-	-	-
2.4. Decorrentes do PID	-	(3.536)	-	127
2.5. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos benefícios	(177.070)	-	-	-
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(12.249)	(15.004)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) ⁽²⁾	(351.822)	(231.277)	(2.932)	(2.388)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2018: R\$ 57; e do plano CV I: 01.01 a 31.12.2018: (R\$ 419).

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018		
1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos ⁽¹⁾	8.820	23.477	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	(604.000)	(66.597)	(208.564)	(3.387)
2.1. Ajustes de Experiência	(28.351)	167.801	43.187	8.366
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	(484.613)	(231.162)	(85.548)	(11.795)
2.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais líquido do ganho decorrente do reajuste da tabela de contribuição de dependentes	(196.814)	-	-	-
2.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas administrativas	60.846	-	-	-
2.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR)	44.932	-	-	-
2.6. Alterações de Outras Premissas – PID	-	(3.236)	-	42
2.7. Decorrentes da alteração do Contrato	-	-	(166.203)	-
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) ⁽²⁾	(595.180)	(43.120)	(208.564)	(3.387)

⁽¹⁾ Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

⁽²⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 31.12.2018: R\$ (20) e no seguro de vida em grupo: 01.01 a 31.12.2019: (R\$1).

n) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Período

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(606.070)	(411.216)	-	-
2. Contribuições do Empregador	79.129	80.549	1.520	1.422
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(53.108)	(44.126)	1.412	966
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Período	(351.822)	(231.277)	(2.932)	(2.388)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período (Nota 16.i)	(931.871)	(606.070)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2019	31.12.2018
	31.12.2019	31.12.2018		
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(1.474.370)	(1.354.238)	(147.161)	(134.567)
2. Contribuições do Empregador	81.979	74.332	4.103	4.377
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(5.587)	(5.231)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(141.315)	(146.023)	(12.207)	(13.584)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(595.180)	(43.120)	(208.564)	(3.387)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 16.i)	(2.134.473)	(1.474.370)	(363.829)	(147.161)

o) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,00% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Renda Fixa	89,17	89,59	79,11	87,13	94,44	94,94
Renda Variável	2,68	0,95	7,30	4,44	2,88	4,50
Imobiliários	6,34	6,67	6,02	3,11	2,68	0,56
Multimercado (Exterior e Fundos Estruturados)	-	0,46	3,40	-	-	-
Operações com Participantes	1,81	2,33	4,17	5,32	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,53	0,25	-	-	94,44	94,94
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,65	0,85	-	-	2,68	0,56

p) Análise de sensibilidade das principais premissas

A análise de sensibilidade demonstra como a obrigação de benefício definido, na posição de 31.12.2019, seria afetada por mudanças das seguintes premissas relevantes: (i) o acréscimo ou decréscimo de 0,25% a.a. na taxa de juros; e (ii) o acréscimo ou decréscimos de 0,25% a.a. na inflação médica (HCCTR) no plano Natural.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	31.12.2019	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(5.647.446)	(5.505.385)	(5.796.669)
Valor Justo dos Ativos	4.715.575	4.715.575	4.715.575
Superávit (Déficit) Técnico	(931.871)	(789.810)	(1.081.094)
Variações:			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,5%)	2,6%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(15,2%)	16,0%

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	31.12.2019	+0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(32.359)	(30.002)	(34.560)
Valor Justo dos Ativos	88.627	88.627	88.627
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	56.268	58.625	54.067
Variações:			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(7,3%)	6,8%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		4,2%	(3,9%)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros		HCCTR	
	31.12.2019	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(2.293.236)	(2.196.510)	(2.396.809)	(2.401.981)	(2.191.149)
Valor Justo dos Ativos	158.763	158.763	158.763	158.763	158.763
Superávit (Déficit) Técnico	(2.134.473)	(2.037.747)	(2.238.046)	(2.243.218)	(2.032.386)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,2%)	4,5%	4,7%	(4,5%)
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,5%)	4,9%	5,1%	(4,8%)

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Taxa de Juros	
	31.12.2019	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(363.829)	(346.785)	(382.108)
Superávit (Déficit) Técnico	(363.829)	(346.785)	(382.108)
Variações:			
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,7%)	5,0%
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,7%)	5,0%

q) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

q.1) Contribuições Esperadas para o exercício de 2020

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural ⁽³⁾	
1. Contribuições do Empregador	88.707	1.447	63.779	3.557
2. Contribuições de Empregados Ativos	70	1.416	-	2.385
3. Contribuições de Ex-empregados Assistidos	88.638	-	27.711	4.099

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 31.12.2019: Empregador: R\$ 6.677 e Empregados/Assistidos R\$ 6.677;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: 01.01 a 31.12.2019: Empregador: R\$ 58.107 e Empregados: R\$ 58.138;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

q.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	661.802	251	104.722	9.722
De 1 ano a 2 anos	557.941	292	106.552	10.329
De 2 anos a 3 anos	515.793	344	112.033	10.961
De 3 anos a 4 anos	473.753	385	117.916	11.596
Acima de 4 anos	4.029.374	83.897	5.247.834	770.119
Total	6.238.663	85.169	5.689.057	812.727

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistidos.

r) Estimativa de Despesas para o exercício de 2020

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(11.920)	1.284	(42.489)	(1.418)
2. Juros Líquidos	(58.611)	-	(151.390)	(26.123)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(70.531)	1.284	(193.879)	(27.541)

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 105.003 (R\$ 46.532 em 31.12.2018), composta pelo equivalente a 6,05% do lucro líquido do exercício (6,41% em 31.12.2018) e 25% (25% em 31.12.2018) dos dividendos/juros sobre o capital próprio do exercício.

A despesa de PLR, do exercício, importa em R\$ 105.246 (R\$ 47.208 em 31.12.2018), sendo R\$ 105.003 (R\$ 46.532 em 31.12.2018) referente aos Empregados e R\$ 243 (R\$ 676 em 31.12.2018) aos Administradores. Os valores pagos de PLR aos Empregados importaram em R\$ 79.235 (R\$ 37.329 em 31.12.2018) e aos administradores R\$ 1.396 (R\$ 1.603 em 31.12.2018).

NOTA 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 89.289.553 (R\$ 82.046.352 em 31.12.2018), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 22.691.198 (R\$ 24.575.929 em 31.12.2018), registrados no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.381.078 (R\$ 1.507.276 em 31.12.2018).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos 31.12.2019	Provisão em 31.12.2019 ⁽²⁾	Saldos 31.12.2018	Provisão em 31.12.2018 ⁽²⁾
AA	23.744.405	-	15.264.524	-
A	18.297.029	45.788	16.111.654	40.472
B	5.699.923	28.786	6.597.508	33.423
C	1.714.095	25.646	1.865.307	27.960
D	886.581	44.349	1.038.784	51.886
E	938.294	141.085	997.889	149.863
F	370.768	92.668	305.047	76.574
G	357.882	125.306	306.642	107.328
H	4.506.150	2.243.963	4.992.689	2.502.201
Total	56.515.127	2.747.591⁽¹⁾	47.480.044	2.989.707⁽¹⁾

⁽¹⁾ Em 31.12.2019, inclui R\$ 44.715 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 46.587 em 31.12.2018)

⁽²⁾ Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

- d) Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.607.175 (R\$ 1.361.114 em 31.12.2018).
- e) No período, a taxa de administração foi de R\$ 1.422.679 (R\$ 1.394.979 em 31.12.2018), calculada à base de 2,7% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.

- f) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- i) redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - ii) a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que trata o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
 - iii) o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
 - iv) o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
 - v) a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

NOTA 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade ⁽¹⁾	31.12.2019	31.12.2018
Proger-Urbano Investimento	017/2006	-	373
Protrabalho Investimento	004/2007	105.039	107.606
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	-	15.859
Total		105.039	123.838

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 18.823 (R\$ 66.154 em 31.12.2018) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R\$1.105 (R\$ 29.249 em 31.12.2018).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nºs 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2019		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	9.575	68	-	-	-
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	1.288	11	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	7.157	119	346	17.716	18.062
PNMPO	01/2010	RA	31.138	407	759	2	761
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			49.158	605	1.105	17.718	18.823

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2018		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	2.684	128	9.360	190	9.550
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	42.783	996	1.286	-	1.286
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	25.312	378	1.778	22.196	23.974
PNMPO	01/2010	RA	51.478	859	16.825	14.519	31.344
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			122.257	2.361	29.249	36.905	66.154

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2020 a 2024, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 02.12.2019. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal: www.bnb.gov.br.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal: www.bnb.gov.br.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	31.12.2019	31.12.2018
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	45.232.910	37.950.059
Público	1.080.003	1.036.853
Privado	44.152.907	36.913.206
Comércio	4.170.917	3.923.129
Comércio Exterior	776.651	835.103
Indústria	7.427.931	7.223.793
Infraestrutura	13.628.564	8.855.282
Microfinança Urbana	4.327.132	3.288.408
Pessoas Físicas	128.248	129.389
Rural	8.758.702	8.079.973
Outros Serviços	4.934.762	4.578.129
Operações de Mercado	46.250.525	46.080.208
Títulos Públicos Federais	43.360.635	42.777.700
Operações Compromissadas	6.382.342	10.247.552
Outras	36.978.293	32.530.148
Depósitos Interfinanceiros	75.991	108.350
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.025.081	1.923.825
Outras Operações	1.788.818	1.270.333
Demais Ativos	4.892.986	5.414.501
Total	96.376.421	89.444.768

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Appetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.283.834 (R\$ 3.674.323 em 31.12.2018). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.703.071 (R\$ 4.518.315 em 31.12.2018).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2019(%)	31.12.2018 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	931,37	978,89
	Média dos últimos 12 meses	854,15	965,33
	Máximo dos últimos 12 meses	1.114,25	1.460,41
	Mínimo dos últimos 12 meses	493,14	720,43

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ EVE) da carteira bancária;
- variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- mapa de requerimentos mínimos de capital;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*back testing*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> 1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<p>Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá um alerta à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;</p> <p>Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.</p>

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	1.718.274	1.716.936	(1.338)	1.715.599	(2.675)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(34.398)	(35.652)	(1.254)	(36.963)	(2.565)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	4.046	4.044	(2)	4.042	(4)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	230.044	225.713	(4.331)	221.683	(8.361)
Cupom de IPCA	Aumento do cupom	(161.772)	(164.781)	(3.009)	(131.214)	30.558
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	85.689	84.793	(896)	83.929	(1.760)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.905.457)	(1.959.432)	(53.975)	(1.997.678)	(92.221)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.416.499	4.339.359	(77.140)	4.272.176	(144.323)

(1) Não se verificaram estimativas de perdas para esta carteira no Cenário 3.

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de auto avaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 47.271 (R\$ 64.563 em 31.12.2018 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018	Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	1.939	3.879	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.441	45.188	Relações Interdependências	3.381	7.996
Operações de Crédito	423.461	569.098	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	59.338	66.964
Outros Créditos	879.654	879.154	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	431.861	1.729.785
			Outras Obrigações	882.186	905.756
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.329.495	1.497.319	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.376.766	2.710.501
Operações de Swap	-	1.148.619			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.329.495	2.645.938	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.376.766	2.710.501

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2019, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 14,35% (13,55% em 31.12.2018). O índice de Nível I ficou em 10,44% (9,00% em 31.12.2018) e o índice de Capital Principal em 9,04% (9,00% em 31.12.2018). O PR apurado foi de R\$ 8.265.588 (R\$ 6.541.685 em 31.12.2018), o Nível I ficou em R\$ 5.982.984 (R\$ 4.279.871 em 31.12.2018) e o Capital Principal em R\$ 5.181.944 (R\$ 4.279.871 em 31.12.2018), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 57.311.851 (R\$ 47.553.157 em 31.12.2018).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência (PR)	8.265.588	6.541.685
. Nível I	5.982.984	4.279.871
. Capital Principal	5.181.944	4.279.871
. Capital Complementar	801.040	-
. Nível II	2.282.604	2.261.814
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	57.311.851	47.553.157
. Parcela RWACPAD	46.532.628	37.903.465
. Parcela RWACAM	59.350	75.752
. Parcela RWAJUR	42.050	106.481
. Parcela RWACOM	4.375	4.812
. Parcela RWAOPAD	10.673.448	9.462.647
Margem sobre o PR Requerido	3.680.640	2.440.226
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	21.535	63.881
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	3.659.105	2.376.344
Margem sobre o PR Nível I Requerido	2.544.273	1.426.681
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.602.911	2.139.979
Adicional de Capital Requerido- ACP (2,5%)⁽¹⁾	1.432.796	891.622
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	1.111.477	535.060
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,04%	9,00%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,44%	9,00%
. Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%) ⁽²⁾	14,42%	13,76%
. Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	14,35%	13,55%

⁽¹⁾ em dezembro/2018 era 1,875%.

⁽²⁾ em dezembro/2018 era 8,625%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.

- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	8.265.588	6.541.685
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	5.982.984	4.279.871
Capital Principal	5.181.944	4.279.871
Capital Social	3.813.000	2.844.000
Reservas de Lucros	2.651.514	2.277.391
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.726	11.592
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.050.835)	(950.962)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	500.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(745.461)	(902.150)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(563)	(19.947)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(741.219)	(850.937)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(3.679)	(31.266)
Capital Complementar	801.040	-
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar (Nota 16.g)	801.040	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.282.604	2.261.814
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.282.604	2.282.604
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	-	(20.790)

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Res. 4.192/2013 do CMN, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco para solicitação de amortização de um total de R\$ 500.000, dividido em duas parcelas de R\$ 250.000, já autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar.

O instrumento de dívida e as letras financeiras subordinadas citados anteriormente têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução nº 4.192/2013 do CMN para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Res. 4.192/2013, também são perpétuos.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
PR Nível I	5.982.984	4.279.871
Exposição Total	96.438.083	90.347.459
Razão de Alavancagem (%)	6,20	4,74

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	8.265.588	6.541.685
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.132.794	3.270.842
Situação	231.910	173.054
Margem	3.900.884	3.097.789
Índice de imobilização	2,81%	2,65%

NOTA 28– Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi atualizada por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 08.08.2019 estando divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 26)	18.823	66.154
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.167.737	1.222.018
Tesouro Nacional	505	482
BNDES	1.118.933	1.155.450
Finame	48.299	66.086
Outras Obrigações	26.756.657	28.755.883
FNE (Nota 16.f)	22.702.557	24.585.592
FDNE	662.590	697.939
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	96.311	102.906
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 16.g e 17.a)	750.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 17.c)	2.545.199	2.369.446
Total	27.943.217	30.044.055

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 16.i e 23.k)	931.871	606.070
Plano de Assistência Médica (Notas 16.i e 23.k)	2.134.473	1.474.370
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 16.i e 23.k)	363.829	147.161
Total	3.430.173	2.227.601

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	2º Sem/2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Depósitos a Prazo - FAT	(52.450)	(106.649)	(110.794)
Tesouro Nacional	(9)	(25)	(33)
BNDES	(40.110)	(92.965)	(125.881)
Finame	(1.203)	(2.849)	(4.276)
FMM	(4.881)	(9.003)	(15.804)
FNE	329.576	467.001	294.381
FDNE	13.101	26.273	26.348
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(82.456)	(239.988)	(173.481)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(87.185)	(175.754)	(163.979)
Plano de Aposentadoria e Pensão BD	(30.297)	(59.988)	(51.125)
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I	(32.749)	(59.446)	(55.453)
Plano de Assistência Médica	(65.816)	(141.246)	(145.977)
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	(6.156)	(12.201)	(13.577)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/19	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Honorários	1.939	3.830	4.707
Diretoria	1.671	3.284	4.081
Conselho de Administração	132	275	329
Conselho Fiscal	136	271	297
Outros	665	1.268	1.440
Remuneração Variável (RVA)⁽¹⁾	225	1.054	1.136
Total dos Benefícios de Curto Prazo	2.829	6.152	7.283
Benefícios Pós-Emprego	137	261	286
Total	2.966	6.413	7.569

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem nos semestres, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

NOTA 29– Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/19	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018 Reapresentado
Lucro Líquido	991.908	1.736.685	737.018
Outros Resultados Abrangentes	(55.044)	(102.007)	(99.964)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	308.404	837.938	122.388
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(146.956)	(358.137)	(54.063)
Realização da Reserva de Reavaliação	49	(3.879)	177
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	174	1.745	(133)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(553.569)	(1.158.500)	(280.554)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	336.854	578.826	112.221
Resultado Abrangente	936.864	1.634.678	637.054

NOTA 30 – Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 12 de fevereiro de 2020.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, que descreve que balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de resultado abrangente, demonstração do fluxo de caixa, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do valor adicionado foram alterados para refletir o recálculo da vida útil dos bens do ativo imobilizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016, cujos efeitos foram contabilizados nas contas de Lucros ou Prejuízos Acumulados e de Despesas de Depreciação. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Contingências

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos um assunto relevante de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos reguladores relacionadas a processos, autuações das quais o Banco é parte e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo de contingências, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das estimativas de perda associadas às contingências adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego. Como resultado desses procedimentos, identificamos um ajuste de auditoria indicando um passivo atuarial registrado a maior e patrimônio líquido registrado a menor. O referido ajuste foi corrigido pelo Banco e, em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas de crédito), benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado e instrumentos financeiros derivativos.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes e da avaliação das garantias envolverem julgamento por parte da administração.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e recalculamos a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Analisamos também a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em TI para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de TI, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa

opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020

O CONSELHO FISCAL

RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2019

1 – Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Consad), composto atualmente por quatro membros nomeados pelo Consad.

2 – Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas, dentre outros, pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8945/2016, pela Resolução CMN 3.198/2004, pelo Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil e por seu Regimento Interno. O endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB e seu Regimento estão disponíveis na internet em www.bnb.gov.br, na área "Institucional / Sobre o Banco / Relação com os Acionistas e Investidores / Comitês / Comitê de Auditoria".

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) assessora o Consad em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação com o CRC.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras e avalia também a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Banco está exposto, monitorando, avaliando e aferindo, de forma independente, as ações de gerenciamento destes riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

3 – Atividades do período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano de Trabalho aprovado pelo Consad, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Coaud realizou, durante o 2º semestre de 2019, 32 reuniões. Além de suas reuniões internas, os encontros de trabalho incluíram entre os interlocutores os Conselhos de Administração e

RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2019

Fiscal, o Comitê de Riscos e de Capital, o Presidente do BNB, a Diretoria Executiva, as auditorias interna e externa, gestores das principais áreas do Banco, além da CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil. Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros.

3.1 Auditoria Interna

Nas reuniões com a Superintendência de Auditoria foram debatidos e avaliados, dentre outros, seu processo de planejamento, seus projetos e o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis à Auditoria Interna. Além disso, foram tratados o resultado da avaliação do sistema de Controles Internos, os sumários e relatórios dos principais trabalhos e o acompanhamento das principais recomendações das auditorias interna e externa e dos órgãos externos de fiscalização e controle. Também foi feito acompanhamento de casos relevantes de auditoria disciplinar.

3.2 Auditoria Externa

O Coaud avaliou o planejamento e os resultados dos principais trabalhos realizados pelos auditores independentes, suas conclusões e recomendações, os principais assuntos de Auditoria por eles abordados e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis.

3.3 Sistema de Controles Internos (SCI)

A avaliação da efetividade do SCI foi fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controle e Risco, e em informações e documentos recebidos e analisados, oriundos de diversas áreas do BNB.

3.4 Transações com Partes Relacionadas

O Coaud avaliou e monitorou, em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas, de acordo com os requerimentos legais.

3.5 Parâmetros e resultado atuarial

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis e com a entidade de Previdência Fechada sobre o processo de avaliação atuarial do BNB em relação aos planos patrocinados. Também foram realizados debates e discutidas as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e externa, bem como foram avaliadas as premissas utilizadas, a aderência das hipóteses atuariais e os resultados auferidos pelos planos.

RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2019

3.6 Exposição a Risco

Foram avaliadas e monitoradas, em conjunto com o Comitê de Riscos e de Capital, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos.

3.7 Demonstrações Financeiras

Foram examinadas e revisadas as Demonstrações Financeiras do BNB, inclusive notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2019.

3.8 Recomendações do Comitê de Auditoria

Foram feitas durante o semestre novas recomendações e acompanhadas as implementações das recomendações existentes.

4 – Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

4.1 Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste do Brasil é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco e é objeto de permanente atenção por parte da Administração. Não obstante, ainda há espaço para evolução, principalmente no que tange ao robustecimento do escopo de atuação da segunda linha de defesa, no sentido de capturar e acompanhar a implementação de oportunidades de melhoria identificadas internamente e por órgãos externos de fiscalização e controle.

A Administração do Banco evoluiu positivamente em seu modelo de atendimento das demandas envolvendo Tecnologia da Informação, o que deverá contribuir para otimização das operações do Banco, mitigação de riscos e cumprimento das recomendações de auditoria interna e de órgãos de fiscalização externa.

A cultura de controle e integridade continua sendo sedimentada, inclusive no que diz respeito à política de consequências.

As transações com partes relacionadas, avaliadas e monitoradas no período em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, observaram as normas aplicáveis.

Os principais parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais dos planos de benefícios do fundo de pensão patrocinado são razoáveis e estão alinhados com as melhores práticas do mercado.

As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração. O Comitê continua debatendo com a Administração e com o CRC o tema da gestão integrada de riscos, merecedora de atenção coordenada do Banco.

RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2º SEMESTRE DE 2019

As fragilidades em processos, tratadas com a Diretoria, foram solucionadas ou estão em andamento, não existindo casos de recomendações não acatadas.

4.2 Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. O desempenho e os processos da Auditoria Interna continuam apresentando evolução, o que pode ser comprovado pela qualidade dos trabalhos realizados e outras iniciativas, como o desenvolvimento do Sistema Integrado de Auditoria e do Observatório da Auditoria, além da atenção permanente voltada à qualificação dos seus profissionais.

4.3 Auditoria Externa

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/s.

4.4 Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

31.12.2019

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		31.12.2019	31.12.2018			31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE		36.749.337	38.305.319	CIRCULANTE		60	100
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.c.1)	6.091.262	15.332.039	Obrigações Diversas.....		60	100
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	(Nota 4.c.1)	16.599.936	9.243.890	Provisões para Pagamentos a Efetuar.....		60	100
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA.....		46	68				
CRÉDITOS VINCULADOS		859	222	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 7.b)	89.289.553	82.046.352
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		859	222	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
DEVEDORES POR REPASSES.....		60.708	60.660	No Exercício.....		8.157.554	7.480.547
Devedores por Repasses-Outras Instituições		60.708	60.660	Em Exercícios Anteriores.....		82.964.174	75.483.627
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.c.2 e Nota 6)	13.985.163	13.658.646	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....		(941.402)	(1.017.151)
Financiamentos.....		6.458.745	6.801.680	RESULTADO DO EXERCÍCIO.....		(890.773)	99.329
Financiamentos a Exportação.....		181.794	162.821				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		465.897	298.878				
Financiamentos Agroindustriais.....		255.409	242.902				
Financiamentos Rurais.....		7.109.342	6.659.003				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(486.024)	(506.638)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.c.4)	11.359	9.663				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		11.359	9.663				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.c.5)	4	131				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		-	127				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		52.540.276	43.741.133				
CRÉDITOS VINCULADOS		1.195	10.266				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		1.195	10.266				
DEVEDORES POR REPASSES.....		2.676.562	2.478.692				
Devedores Por Repasses-Bco.do Nordeste-Lei Nº 7.827-Art. 9-A	(Nota 5)	2.545.200	2.369.446				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		131.362	109.246				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.c.2 e Nota 6)	49.862.247	41.251.821				
Financiamentos.....		18.800.941	17.388.384				
Financiamentos a Exportação.....		1.197	13.401				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		13.767.881	7.727.559				
Financiamentos Agroindustriais.....		728.394	710.722				
Financiamentos Rurais.....		16.563.834	15.411.705				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.c.5)	272	354				
Títulos da Dívida Agrária.....		306	436				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(34)	(82)				
TOTAL DO ATIVO		89.289.613	82.046.452	TOTAL DO PASSIVO		89.289.613	82.046.452

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2019	31.12.2019	31.12.2018
De Operações de Crédito	205.457	532.124	1.324.285
De Remuneração das Disponibilidades	638.417	1.381.079	1.507.275
De Reversão de Provisões Operacionais.....	33	48	112
DESPESAS			
De Administração.....	(743.785)	(1.422.679)	(1.351.140)
De Remuneração sobre Disponibilidades.....	(42.103)	(86.948)	(88.473)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....	(224.208)	(425.401)	(406.678)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(421.506)	(868.798)	(885.932)
De Auditoria.....	(180)	(198)	(120)
LUCRO(PREJUÍZO) NO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(587.875)	(890.773)	99.329

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2017	75.483.626	(982.125)	74.501.501
Transferências da União no Exercício.....	7.480.547	-	7.480.547
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(35.025)	(35.025)
Lucro do Exercício.....	-	99.329	99.329
SALDOS EM 31.12.2018	82.964.173	(917.821)	82.046.352
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	7.480.547	64.304	7.544.851
SALDOS EM 31.12.2018	82.964.173	(917.821)	82.046.352
Transferências da União no Exercício.....	8.157.554	-	8.157.554
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(23.580)	(23.580)
Prejuízo do Exercício.....	-	(890.773)	(890.773)
SALDOS EM 31.12.2019	91.121.727	(1.832.174)	89.289.553
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	8.157.554	(914.353)	7.243.201
SALDOS EM 30.06.2019	87.327.885	(1.232.532)	86.095.353
Transferências da União no Semestre.....	3.793.842	-	3.793.842
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(11.767)	(11.767)
Prejuízo do Exercício.....	-	(587.875)	(587.875)
SALDOS EM 31.12.2019	91.121.727	(1.832.174)	89.289.553
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	3.793.842	(599.642)	3.194.200

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019
(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/19	31.12.2019	31.12.2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício.....	(Nota 7.b)	(587.875)	(890.773)	99.329
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(Nota 6.d)	421.506	868.798	885.932
Provisão para Desvalorização de Títulos.....		37	48	30
Reversão de Provisões de Operações de Crédito.....		(33)	(48)	(112)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....		-	(41)	61
Lucro (Prejuízo) Ajustado do Semestre/Exercício.....		(166.365)	(22.016)	985.240
Créditos Vinculados.....		8.318	8.434	(9.685)
Devedores por Repasses.....		(109.140)	(197.918)	(145.427)
Operações de Crédito.....		(5.789.656)	(9.805.740)	(6.290.385)
Valores a Receber -CEF-Equaliz Bonis Adimp. Profrota.....		221	22	(13)
Outros Créditos.....		130	(1.696)	(264)
Outros Valores e Bens.....		114	209	365
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(Nota 7.b)	(11.767)	(23.580)	(35.025)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....		(6.068.145)	(10.042.285)	(5.495.194)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Transferências da União.....	(Nota 7.b)	3.793.842	8.157.554	7.480.547
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....		3.793.842	8.157.554	7.480.547
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(2.274.303)	(1.884.731)	1.985.353
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:				
No início do Semestre/Exercício.....		24.965.501	24.575.929	22.590.576
No fim do Semestre/Exercício.....		22.691.198	22.691.198	24.575.929
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(2.274.303)	(1.884.731)	1.985.353

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Patrimônio Líquido
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Fiscalização
Nota 5 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989	Nota 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e alterações posteriores, sendo a mais recente a Lei nº 13.682, de 19.06.2018. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido. Em face do disposto no artigo 15-J, da Lei nº 13.530, de 07.12.2017, o FNE poderá aplicar recursos no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil, instituído pelo artigo 15-D da referida Lei, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras do FNE é o Real.

b) Apropriação de Receitas e Despesas

b.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do FNE momentaneamente não aplicados.

Discriminação	31.12.2019	31.12.2018
Receita com Remuneração das Disponibilidades	1.381.079	1.507.275

b.2) O artigo 1º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018, definiu os encargos financeiros para os financiamentos não rurais com recursos do FNE a serem apurados mensalmente, *pro rata die*, considerados os seguintes componentes:

- I - o Fator de Atualização Monetária (FAM), derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo;
- II - a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo (TLP), apurada e divulgada nos termos do art. 3º e do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;
- III - o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), definido pela razão entre o rendimento domiciliar per capita da região de abrangência do respectivo Fundo e o rendimento domiciliar per capita do País, limitado ao máximo de 1 (um inteiro); e
- IV - o Fator de Programa (FP), calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do Projeto.

A Resolução nº 4.673, de 26.06.2018, do Conselho Monetário Nacional (CMN), definiu a metodologia de cálculo das taxas de juros aplicáveis às operações de crédito rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, exceto às operações no âmbito do Pronaf, denominadas Taxas de Juros Rurais dos Fundos Constitucionais (TRFC), constituídas pelos componentes a seguir descritos, devendo o tomador da operação de crédito rural optar pela taxa de juros pós-fixada ou prefixada no ato da contratação:

- I) FAM: Fator de Inflação Monetária, aplicável à taxa de juros pós-fixada;
- II) FII: Fator de Atualização Implícita, apurado na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.664, de 06.06.2018, aplicável à taxa de juros prefixada;
- III) BA: Bônus de Adimplência, aplicado aos encargos financeiros, à base de oitenta e cinco centésimos ou um inteiro.
- IV) CDR: Coeficiente de Desequilíbrio Regional;
- V) FP: Fator de Programa, definido em resolução;
- VI) FA: Fator de Ajuste, definido em resolução;
- VII) Jm: taxa de juros prefixada calculada e divulgada na forma da Resolução CMN nº 4.600, de 25.09.2017.

A Resolução CMN nº 4.674, de 26 de junho de 2018, estabeleceu os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE, contratadas no período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019, conforme a finalidade do crédito e o porte do tomador, levando em consideração os Fatores de Programa ali definidos, o Fator de Ajuste Monetário e o Coeficiente de Desequilíbrio Regional aplicáveis, nos seguintes termos:

- a) Taxa efetiva de juros prefixada, variando de 5,41% ao ano a 6,14% ao ano; ou
- b) Taxa pós-fixada, composta de parte fixa variando de -0,61% ao ano a 0,46% ao ano, acrescida do Fator de Atualização Monetária, apurado na forma do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

O bônus de adimplência será aplicado sobre a parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, observada a metodologia definida no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas na legislação, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do FNE. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada,

como rendas a apropriar do FNE, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo CMN, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural do Bacen.

b.3) O del credere do Banco está assim estipulado:

- I) 3% a.a. nas operações contratadas com recursos do FNE, a partir de 01.12.1998, conforme Lei nº 10.177, de 12.01.2001;
- II) 6% a.a. nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito (artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989);
- III) 2,5% a.a. nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) com empresas de grande porte, com risco compartilhado, na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução CMN nº 3.293, de 28.06.2005;
- IV) percentual negociado com as instituições financeiras operadoras de repasses de recursos do FNE, respeitado o limite estabelecido na legislação (Portaria nº 147, de 05.04.2018), do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- V) não há incidência nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa; e
- VI) 3% a.a. nas hipóteses definidas no artigo 1º, incisos I a IV, e de 6% a.a. nas hipóteses definidas no artigo 1º, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, para as operações de crédito reclassificadas nos termos do artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008.

b.4) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração ao Banco sobre as disponibilidades do Fundo, à taxa de administração adicional, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração paga ao Banco é apropriada mensalmente, conforme os percentuais a seguir, definidos no artigo 17-A da Lei nº 7.827, de 12.09.1989 (introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018), aplicados sobre o Patrimônio Líquido do FNE deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, dos saldos dos repasses a outras instituições na forma da Portaria nº 147, de 05.04.2003, do Ministério da Integração Nacional, e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o artigo 6º, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio):

- I) 3,0% (três por cento) ao ano, no exercício de 2018;
- II) 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) ao ano, no exercício de 2019;
- III) 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, no exercício de 2020;
- IV) 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano, no exercício de 2021;
- V) 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano, no exercício de 2022; e
- VI) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

O Banco do Nordeste faz jus à remuneração no percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995.

O montante a ser recebido pelo Banco do Nordeste em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o

FNE, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário. O fator de adimplência será regulamentado por ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional e divulgado pelo Ministério da Economia.

A taxa de administração somada à remuneração ao Banco do Nordeste sobre as disponibilidades fica limitada, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal. A sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração foi regulamentada no Decreto nº 9.290, de 21.02.2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.539, de 24.10.2018.

A remuneração do Banco do Nordeste sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

Discriminação das Despesas do FNE	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de Administração	1.422.679	1.351.140
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	86.948	88.473
Remuneração sobre Saldos PRONAF	288.343	274.184
Remuneração sobre Desembolsos PRONAF	73.952	75.643
Prêmio de Desempenho	63.106	56.851
Total	1.935.028	1.846.291

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

c.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 12 (doze) meses seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 12 (doze) meses e a estimativa de ingressos de recursos no FNE ao longo desse período. As disponibilidades do FNE em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	6.091.262	15.332.039
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito ⁽¹⁾	16.599.936	9.243.890
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	22.691.198	24.575.929

⁽¹⁾ Até 2018, a alocação em Recursos Comprometidos com Operações de Crédito correspondia ao montante das liberações previstas e não realizadas até o mês do cálculo, acrescido da previsão de liberação para os próximos 90 (noventa) dias. A partir de 2019, esta prática foi alterada, passando a considerar o prazo de 12 (doze) meses de previsão de liberação das contratações com recursos do FNE e não mais os 90 dias seguintes.

c.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

c.3) A Lei nº 13.340, de 28.09.2016, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 13.465, de 11.07.2017, 13.606, de 09.01.2018, e 13.729, de 08.11.2018, autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas do crédito rural contratadas até 31.12.2011 com recursos do FNE e com mix de recursos de outras fontes com o FNE, e das operações ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) Fase III, estabelecendo, para os casos de liquidação, rebates sobre o saldo devedor atualizado, conforme os critérios ali definidos, autorizando o FNE a assumir os ônus decorrentes da medida. Segue quadro demonstrativo de dispensas/rebates, conforme as Leis nºs. 12.249, 12.844 e 13.340:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Dispensa/Rebate Operações FNE Honradas pelo Banco	10.745	11.365
Dispensa/Rebate Operações com Outras Fontes - BNB	559.922	44.592
Descontos Concedidos em Renegociações	213.077	200.542
Total	783.744	256.499

c.4) São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco do Nordeste para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o FNE e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito	11.359	9.663
Total de Outros Créditos	11.359	9.663

c.5) Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Especificação	31.02.2019	31.12.2018
Títulos de Cobertura do Proagro	4	4
Títulos da Dívida Agrária	306	563
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(34)	(82)
Total de Outros Valores e Bens	276	485

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco do Nordeste, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Recursos Disponíveis	1.629.532	1.379.634
Recursos Aplicados	915.667	989.812
Total de Repasses ao Banco do Nordeste	2.545.199	2.369.446

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco do Nordeste, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Essa remuneração é contabilizada em Recursos Disponíveis tendo como contrapartida conta específica de receitas de Remuneração de Recursos Disponíveis – Repasses Lei nº 7.827 – artigo 9º-A. Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado. Esses encargos são contabilizados na conta de Recursos Aplicados em contrapartida à conta de receita de juros de Repasses ao Banco do Nordeste-Lei nº 7.827-Art. 9º-A.

No exercício, a remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, com base na taxa extramercado, alcançou R\$ 82.543 (R\$ 91.330, em 2018), enquanto a remuneração dos recursos aplicados, com base nos encargos pactuados com os mutuários, totalizou R\$ 93.211 (R\$ 72.648, em 2018), conforme discriminado no quadro a seguir.

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração Recursos Disponíveis	82.543	91.330
Remuneração Recursos Aplicados	93.211	72.648
Total	175.754	163.978

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	31.12.2019			31.12.2018		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	24.461.917	797.768	25.259.685	23.409.986	780.079	24.190.065
Financiamentos à Exportação	182.991	-	182.991	174.502	1.720	176.222
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	14.233.777	-	14.233.777	8.026.258	179	8.026.437
Financiamentos Agroindustriais	924.448	59.355	983.803	893.779	59.895	953.674
Financiamentos Rurais	23.027.094	646.084	23.673.178	21.307.436	763.271	22.070.707
Subtotal	62.830.227	1.503.207	64.333.434	53.811.961	1.605.144	55.417.105
Repasses ao BNB	2.545.199	-	2.545.199	2.369.446	-	2.369.446
Repasses a Outras Instituições	153.629	38.441	192.070	131.465	38.441	169.906
Total da Carteira	65.529.055	1.541.648	67.070.703	56.312.872	1.643.585	57.956.457
Provisão	(58.282)	(427.742)	(486.024)	(71.034)	(435.604)	(506.638)
Total Líquido ⁽¹⁾	65.470.773	1.113.906	66.584.679	56.241.838	1.207.981	57.449.819

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	31.12.2019			31.12.2018		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	-	-	989	2	991
Financiamentos Agroindustriais	1.934	-	1.934	1.804	-	1.804
Financiamentos Rurais	81.348	5.430	86.778	157.454	7.714	165.168
Subtotal	83.282	5.430	88.712	160.247	7.716	167.963
Repasses ao BNB	2.545.199	-	2.545.199	2.369.446	-	2.369.446
Repasses a Outras Instituições	152.286	-	152.286	126.684	-	126.684
Total da Carteira	2.780.767	5.430	2.786.197	2.656.377	7.716	2.664.093
Total Líquido ⁽¹⁾	2.780.767	5.430	2.786.197	2.656.377	7.716	2.664.093

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	31.12.2019			31.12.2018		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	24.355.184	789.750	25.144.934	23.311.911	773.504	24.085.415
Financiamentos à Exportação	182.991	-	182.991	174.502	1.720	176.222
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	14.233.777	-	14.233.777	8.026.258	179	8.026.437
Financiamentos Agroindustriais	856.259	54.751	911.010	827.207	55.411	882.618
Financiamentos Rurais	15.512.688	307.634	15.820.322	13.591.656	423.084	14.014.740
Subtotal	55.140.899	1.152.135	56.293.034	45.931.534	1.253.898	47.185.432
Total da Carteira	55.140.899	1.152.135	56.293.034	45.931.534	1.253.898	47.185.432
Provisão	(38.409)	(287.131)	(325.540)	(41.983)	(300.678)	(342.661)
Total Líquido ⁽¹⁾	55.102.490	865.004	55.967.494	45.889.551	953.220	46.842.771

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	31.12.2019			31.12.2018		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	106.733	8.018	114.751	97.086	6.573	103.659
Financiamentos Agroindustriais	66.255	4.604	70.859	64.768	4.484	69.252
Financiamentos Rurais	7.433.058	333.020	7.766.078	7.558.326	332.473	7.890.799
Subtotal	7.606.046	345.642	7.951.688	7.720.180	343.530	8.063.710
Repasses a Outras Instituições	1.343	38.441	39.784	4.781	38.441	43.222
Total da Carteira	7.607.389	384.083	7.991.472	7.724.961	381.971	8.106.932
Provisão	(19.873)	(140.611)	(160.484)	(29.051)	(134.926)	(163.977)
Total Líquido ⁽¹⁾	7.587.516	243.472	7.830.988	7.695.910	247.045	7.942.955

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
Rural	331.369	372.658	395.980	1.594.517	3.330.184	15.845.112	21.869.820	19.859.864
Industria	155.311	163.427	169.423	524.783	1.014.219	12.580.661	14.607.824	13.596.448
Governo	5.194	5.194	5.194	11.980	18.366	657.239	703.167	311.725
Outros Serviços	111.079	121.807	117.284	355.235	759.118	13.537.498	15.002.021	9.683.078
Comércio	208.810	213.019	206.775	595.306	1.008.421	4.467.634	6.699.965	5.852.806
Intermediários Financeiros	3	3	3	10	20	149	188	199
Total	811.766	876.108	894.659	3.081.831	6.130.328	47.088.293	58.882.985	49.304.120

⁽¹⁾ incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Parcelas Vincendas

Tipo Cliente/Atividade	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
Rural	27.502	30.227	63.770	118.009	365.869	1.282.161	1.887.538	2.286.561
Industria	26.098	26.477	25.091	71.315	128.842	758.382	1.036.205	1.077.961
Outros Serviços	12.728	12.856	11.756	33.719	61.844	405.101	538.004	601.344
Comércio	22.890	23.181	20.515	54.216	80.716	328.311	529.829	602.907
Total	89.218	92.741	121.132	277.259	637.271	2.773.955	3.991.576	4.568.773

b.3) Parcelas Vencidas

Tipo Cliente/Atividade	1 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
Rural	5.582	56.595	73.186	59.425	155.854	323.305	258	674.205	782.539
Industria	10.863	14.105	29.222	27.920	84.141	169.986	6	336.243	322.084
Outros Serviços	4.010	8.793	14.933	14.987	43.794	87.492	-	174.009	189.398
Comércio	6.576	15.754	24.358	23.350	68.435	135.933	9	274.415	150.191
Total	27.031	95.247	141.699	125.682	352.224	716.716	273	1.458.872	1.544.212

c) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no artigo 8º na Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

c.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- o risco é atribuído integralmente ao FNE; e
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;

c.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
- nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco do Nordeste;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003 (atual Portaria nº 147, de 05.04.2018), o Banco do Nordeste detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora; nas operações de que trata o artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco do Nordeste, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco do Nordeste, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco do Nordeste, onde são observadas as disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999.

- d) De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo FNE. A movimentação do saldo da provisão no exercício é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	506.638	551.003
. Risco Integral do FNE	163.976	217.646
. Risco Compartilhado	342.662	333.357
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	868.798	885.850
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	868.798	885.850
. Risco Integral do FNE	296.781	294.976
. Provisão por Atraso/Renegociações	296.929	299.400
. Ajustes de Provisão por Deságio	(148)	(4.424)
. Risco Compartilhado	572.017	590.874
. Provisão por Atraso/Renegociações	574.762	582.120
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(2.745)	8.754
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	(889.412)	(930.215)
. Risco Integral do FNE	(300.273)	(348.646)
. Risco Compartilhado	(589.139)	(581.569)
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	486.024	506.638
. Risco Integral do FNE	160.484	163.976
. Risco Compartilhado	325.540	342.662

- e) Em 31.12.2019, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 37.875 (R\$ 40.620 em 31.12.2018), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do FNE em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco do Nordeste. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- f) Nas Demonstrações do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	2º Semestre 2019	31.12.2019	31.12.2018
Rendas de Operações de Crédito ⁽¹⁾	2.015.142	4.049.557	4.010.463
<i>Del credere</i> do Banco do Nordeste	(840.192)	(1.607.175)	(1.361.113)
<i>Del credere</i> de Outras Instituições	(1.460)	(2.853)	(3.019)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(7.429)	(10.582)	(16.977)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações ⁽¹⁾	(126.019)	(213.077)	(200.542)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco do Nordeste	(577.436)	(1.096.024)	(1.036.013)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-artigo 9º-A	(7.619)	(15.525)	(11.023)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(762)	(1.478)	(1.533)
Despesas com Outras Operações Banco do Nordeste – Rebate Leis nºs 12.249, 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013 ⁽¹⁾	(6.357)	(10.745)	(11.365)
Despesas com Operações de Outras Fontes - Lei nºs 11.322	(51)	(51)	-
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco do Nordeste – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(242.360)	(559.922)	(44.593)
Ajuste de Valores Decorrentes da Alienação de Bens	-	(1)	-
Total	205.457	532.124	1.324.285

⁽¹⁾ Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 13.465, de 11.07.2017, 13.606, de 09.01.2018, e 13.729, de 08.11.2018 (Nota 4.b.3)

O montante de bônus de adimplência concedido pelo FNE no exercício de 2019 alcançou R\$ 1.113.027, correspondendo a 27,5% das rendas de operações de crédito. No exercício de 2018, essa despesa alcançou R\$ 1.048.569, equivalente a 25,9% das referidas rendas. A razão bônus de adimplência/rendas de operações de crédito não guarda correlação com o percentual de bônus de adimplência (15%) definido na legislação atual, porquanto várias faixas de bônus são aplicadas nas operações do FNE, a exemplo das taxas de 25% no semiárido e 15% fora

do semiárido, praticadas nas operações mais antigas, além de outras definidas em instrumentos legais específicos.

Os bônus de adimplência foram concedidos na forma da legislação dos Fundos Constitucionais, basicamente em função do pagamento, pelos mutuários, das parcelas de principal e encargos nas datas pactuadas contratualmente, abrangendo as operações de crédito do FNE, as operações resultantes de repasses às instituições operadoras com base na Portaria nº 147, de 05.04.2018, e as operações de repasses ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 12.09.1989, conforme discriminado no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Bônus Adimplência Operações de Crédito FNE	1.096.021	1.036.005
Bônus Adimplência Repasses a Outras instituições	1.478	1.553
Bônus Adimplência Op. Rep. BNB – artigo 9º-A Lei nº 7.827	15.525	11.023
Bônus Adimplência Operações Renegociadas	3	8
Total	1.113.027	1.048.569

g) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

g.1) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo FNE, o Banco do Nordeste reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

g.2) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco do Nordeste é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo FNE, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea g.1 precedente.

g.3) No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 596.399 (R\$ 590.116 no exercício de 2018), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo, conforme segue:

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Compartilhado	589.145	581.601
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Integral do Banco	7.254	8.515
Total	596.399	590.116

NOTA 7 – Patrimônio Líquido

a) O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

a.1) transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decenalmente;

a.2) retornos e resultados de suas aplicações; e

a.3) resultado da remuneração dos recursos do FNE momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.

b) no exercício, o ajuste líquido negativo de R\$ 23.580 (R\$ 35.026 em 2018), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Transferências da União no Exercício	8.157.554	7.480.547
Transferências da União em Exercícios Anteriores	82.964.174	75.483.627
Resultados de Exercícios Anteriores	(941.402)	(1.017.151)
Resultado do Exercício	(890.773)	99.329
Total do Patrimônio Líquido	89.289.553	82.046.352

NOTA 8 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do FNE.

NOTA 9 – Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco do Nordeste, por meio de reunião realizada em 12 de fevereiro de 2020.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para as notas explicativas 2 e 4 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pelo Administrador do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidade do Administrador e da governança pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 4 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o administrador é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é o Administrador do Fundo, aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo administrador.

Concluimos sobre a adequação do uso, pelo administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador 1SP184050/O-6

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINSA

1 - Base de Cálculo	2019 Valor (Mil reais)			2018 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	10.678.408			10.251.663		
Resultado operacional (RO)	2.440.659			1.243.292		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.578.680			1.579.557		
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	80.823,34	5,12%	0,76%	110.446,52	6,99%	1,08%
Encargos sociais compulsórios	408.029,64	25,85%	3,82%	399.699,86	25,30%	3,90%
Transporte	3.338,00	0,21%	0,03%	3.112,66	0,20%	0,03%
Previdência privada	180.832,99	11,45%	1,69%	158.668,64	10,05%	1,55%
Saúde	149.650,72	9,48%	1,40%	159.465,18	10,10%	1,56%
Segurança e saúde no trabalho	4.863,15	0,31%	0,05%	6.293,19	0,40%	0,06%
Educação	1.996,50	0,13%	0,02%	1.260,95	0,08%	0,01%
Cultura	41,55	0,00%	0,00%	116,59	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.977,25	0,51%	0,07%	10.564,73	0,67%	0,10%
Creches ou auxílio-creche	11.348,88	0,72%	0,11%	10.563,19	0,67%	0,10%
Participação nos lucros ou resultados	105.246,39	6,67%	0,99%	47.208,25	2,99%	0,46%
Outros	4.784,47	0,30%	0,04%	5.666,63	0,36%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos	958.932,87	60,74%	8,98%	913.066,39	57,81%	8,91%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.487,80	0,06%	0,01%	1.003,67	0,08%	0,01%
Cultura	3.855,59	0,16%	0,04%	3.136,57	0,25%	0,03%
Saúde e saneamento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte	1.200,00	0,05%	0,01%	691,29	0,06%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Pesquisa e difusão tecnológica	5.000,00	0,20%	0,05%	4.000,00	0,32%	0,04%
Outros	1.714,80	0,07%	0,02%	1.097,17	0,09%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	13.258,19	0,54%	0,12%	9.928,71	0,80%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)	919.885,64	37,69%	8,61%	784.504,08	63,10%	7,65%
Total - Indicadores sociais externos	933.143,83	38,23%	8,74%	794.432,79	63,90%	7,75%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1,51	0,00%	0,00%	6,06	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos c/a educação ambiental p/a comunidade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	1,51	0,00%	0,00%	6,06	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	2 ⁽¹⁾			0		
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0,0			0,0		
Passivos e contingência ambientais	0			0		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2019			2018		
Nº de empregados(as) ao final do período	6.802			7.005		
Nº de admissões durante o período	142			0		
Nº de demissões durante o período	345			4		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.394			2.324		
Nº de estagiários(as)	802			879		
Nº de homens que trabalham na empresa	4.587			4.696		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.215			2.309		
Nº de empregados(as) de 18 a 35 anos	1.793			2.019		
Nº de empregados(as) de 36 a 60 anos	4.321			4.229		
Nº de empregados(as) acima de 60 anos	688			757		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,66%			26,00%		
% de cargos de chefia ocupados por homens	75,34%			74,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	286			277		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4,60%			1,49%		
Nº de pessoas com deficiência	64			56		
Nº de empregados(as) analfabetos ou com ensino fundamental incompleto	8			10		
Nº de empregados(as) com ensino fundamental	38			43		
Nº de empregados(as) com ensino médio	1.149			1.329		
Nº de empregados(as) com ensino técnico	0			0		
Nº de empregados(as) com ensino superior	2.665			2.902		
Nº de empregados(as) pós-graduados	2.942			2.721		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2019			2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	14,89			14,99		
Número total de acidentes de trabalho	18			20		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 10.633	no Procon 273 ⁽²⁾	na Justiça 666 ⁽²⁾	na empresa 7.892	no Procon 121	na Justiça 709
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,99% ⁽³⁾	no Procon 32,14% ⁽⁴⁾	na Justiça 33,57% ⁽⁴⁾	na empresa 100%	no Procon 68,10%	na Justiça 23,69%
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.378 ⁽⁵⁾			1.413		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	26 ⁽⁶⁾			10		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	103 ⁽⁶⁾			113		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 20.621.176,00 ⁽⁷⁾			R\$ 8.783.585,23		
Passivo Trabalhista da Entidade	R\$ 334.024.511,20			R\$ 206.531.270,45		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2019: R\$ 4.801.553			Em 2018: R\$ 3.596.519		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	24,87% governo 36,17% acionistas 38,18% colaboradores(as) 0,78% terceiros			29,32% governo 20,17% acionistas 49,52% colaboradores(as) 0,99% terceiros		

7 - Geração e Distribuição de Riqueza	2019			2018		
	Valor	% participação	Evolução	Valor	% participação	Evolução
RECEITAS	8.634.136	100,00%	9,13%	7.911.868	100,00%	0,96%
Intermediação Financeira	5.489.910	63,58%	7,52%	5.105.949	64,54%	-5,51%
Prestações de Serviços	2.727.330	31,59%	7,43%	2.538.708	32,09%	9,63%
Provisão para Devedores Duvidosos	(398.121)	-4,61%	-13,64%	(461.018)	-5,83%	-15,00%
Outras Receitas / Despesas	815.017	9,44%	11,92%	728.229	9,20%	10,39%
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.583.776)	-29,93%	-16,91%	(3.109.669)	-39,30%	-3,89%
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.237.200)	-14,33%	5,16%	(1.176.534)	-14,87%	1,62%
Despesas Operacionais (materiais de expediente, energia, telefone, água etc)	(92.492)	-1,07%	5,18%	(87.939)	-1,11%	-5,03%
Serviços de Terceiros	(687.731)	-7,97%	12,60%	(610.794)	-7,72%	6,85%
Outras	(456.977)	-5,29%	-4,36%	(477.801)	-6,04%	-3,19%
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.813.160	55,75%	32,75%	3.625.665	45,83%	5,29%
RETENÇÕES	(11.608)	-0,13%	14,90%	(10.103)	-0,37%	-74,64%
Depreciação, amortização e exaustão	(11.608)	-0,13%	14,90%	(10.103)	-0,37%	-74,64%
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.801.552	55,61%	32,80%	3.615.562	45,70%	6,23%
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.801.552	55,61%	32,80%	3.615.562	45,70%	6,23%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.801.552	55,61%	32,80%	3.615.562	45,70%	6,23%
PESSOAL	1.833.148	38,18%	2,93%	1.780.987	49,26%	5,84%
Remuneração do trabalho	1.281.338	26,69%	3,85%	1.233.850	34,13%	2,64%
Proventos	1.176.092	24,49%	-0,89%	1.186.642	32,82%	2,38%
Participação dos empregados nos lucros	105.246	2,19%	122,94%	47.208	1,31%	9,85%
Benefícios	462.344	9,63%	0,55%	459.804	12,79%	16,18%
Provisões (Benefícios pós-emprego)	274.292	5,71%	2,69%	267.098	7,39%	30,08%
Benefícios - Outros	188.052	3,92%	-2,42%	192.706	5,33%	1,20%
FGTS	89.466	1,86%	2,44%	87.333	2,42%	2,92%
Impostos, taxas e contribuições	1.194.361	24,87%	12,46%	1.061.988	29,37%	9,92%
Federais	1.150.552	23,96%	12,34%	1.024.141	28,33%	9,52%
Estaduais	72	0,00%	84,62%	39	0,00%	-17,02%
Municipais	43.737	0,91%	15,68%	37.808	1,05%	22,34%
Remuneração de capitais de terceiros	37.358	0,78%	5,03%	35.569	0,98%	-7,43%
Aluguéis	37.358	0,78%	5,03%	35.569	0,98%	-7,43%
Remuneração de capitais próprios	1.736.685	36,17%	135,64%	737.018	20,38%	2,88%
Juros sobre capital próprio	335.796	6,99%	80,41%	186.129	5,15%	12,80%
União	186.213	3,88%	96,17%	94.926	2,63%	12,80%
Outros	149.583	3,12%	64,01%	91.203	2,52%	12,80%
Dividendos	84.218	1,75%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
União	46.702	0,97%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	37.516	0,78%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Lucros retidos no exercício	1.316.671	27,42%	139,01%	550.889	15,24%	-0,09%

(1) Houve, em 2019, o ingresso de dois processos em que a causa de pedir se fundamenta em dano ambiental. O primeiro deles trata de uma Ação Popular baseada em suposto descumprimento de leis e decretos federais que estabelecem parâmetros arquitetônicos e de acessibilidade. O segundo deles trata de um processo administrativo em virtude de notificação pela Superintendência de Limpeza Urbana Municipal, em que há alegação de geração de mais de 100 litros de resíduos por dia, contrariando legislação municipal.

(2) Em 31/12/2019, havia, em andamento, 830 (oitocentos e trinta) reclamações e críticas de consumidores relativas à defesa do consumidor (Procon). Somente em 2019, há registro de 273 (duzentas e setenta e três) demandas entre encerradas e em andamento. Havia, ainda, em andamento, outras 2.985 (duas mil, novecentas e oitenta e cinco) reclamações e críticas de consumidores que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça). Somente em 2019, há registro de 666 (seiscentos e sessenta e seis) processos entre encerrados e em andamento.

(3) Em 2019, apenas 01 (uma) demanda não foi solucionada.

(4) Em 2019, foram encerradas 140 (cento e quarenta) reclamações e críticas relativas a defesa do consumidor (Procon), das quais 45 (quarenta e cinco) foram atendidas, equivalendo-se a 32,14% dos encerramentos ocorridos nesse mesmo ano. Os principais motivos do não atendimento das demais reclamações/críticas foram: não julgamento do mérito da ação e desistência do autor. Foram encerradas 700 (setecentas) reclamações e críticas que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça) em 2019, das quais 235 (duzentos e trinta e cinco) foram atendidas, equivalendo-se a 33,57% dos encerramentos ocorridos nesse mesmo ano. Os principais motivos de não atendimento das demais reclamações/críticas foram: não julgamento do mérito da ação e desistência do autor. Destacamos que os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo foram considerados procedentes.

(5) Em 31/12/2019, havia 1.378 (mil e trezentos e setenta e oito) processos trabalhistas em andamento movidos por empregados ou sindicatos dos empregados. Desse total, 108 (cento e oito) foram ajuizados em 2019.

(6) Em 2019, foram encerrados 129 (cento e vinte e nove) processos trabalhistas movidos por empregados ou sindicatos dos empregados. Deste total, 26 (vinte e seis) foram julgados procedentes e 103 (cento e três) foram julgados improcedentes. Destacamos que os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo foram considerados procedentes.

(7) O valor informado corresponde a todos os pagamentos efetuados em 2019, a funcionários e ex-funcionários, inclusive de verbas rescisórias, independentemente dos pedidos formulados pelo autor da ação.

Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes sobre o demonstrativo de informações de natureza social e ambiental

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Fomos contratados pela Administração do Banco Nordeste do Brasil S.A. ("Banco") para apresentar nosso relatório de asseguarção limitada sobre o Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Banco, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração do Banco

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das Informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza de acordo com a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) nº 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional/SAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração do Banco e outros profissionais do Banco que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguarção limitada sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Banco Nordeste do Brasil S.A.;
- (b) Aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, e
- (c) Confronto dos valores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração contidos na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental aplicável na elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes contidas na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador-1SP184050/O-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Cláudio de Oliveira Torres (Presidente) – Eudes de Gouveia Varela – José Lucenildo Parente Pimentel – Rheberny Oliveira Santos Pamponet – Ricardo Soriano de Alencar – Romildo Carneiro Rolim

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente)– Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior (Diretor Financeiro e de Crédito) - Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

CONSELHO FISCAL: Frederico Schettini Batista (Presidente) – André de Castro Silva – Carlos Henrique Soares Nuto

COMITÊ DE AUDITORIA: Carlos Donizeti Macedo Maia (Coordenador) – Cleber Santiago – Manoel das Neves – Rudinei dos Santos (Membros)

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE FINANCEIRO: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros (Contadora CRC-CE 016318/O-7)

CONTADOR: José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7